

RELATÓRIO FINAL DA COMISSÃO ORGANIZADORA DA PRÉ- CONFERÊNCIA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE SETORIAL DE ENTIDADES, FÓRUNS, REDES, MOVIMENTOS E ATIVISTAS AMBIENTALISTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - PRECONEA

1.RELATÓRIO FINAL DA COMISSÃO ORGANIZADORA DA PRÉ-CONFERÊNCIA NACIONAL DO
MEIO AMBIENTE SETORIAL DE ENTIDADES, FÓRUNS, REDES, MOVIMENTOS E ATIVISTAS
AMBIENTALISTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO – PRECONEA



FORTALECENDO O SISNAMA – SISTEMA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE

RELATÓRIO FINAL DA COMISSÃO ORGANIZADORA DA PRÉ-CONFERÊNCIA NACIONAL DO
MEIO AMBIENTE SETORIAL DE ENTIDADES, FÓRUNS, REDES, MOVIMENTOS E ATIVISTAS
AMBIENTALISTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO – PRECONEA

O presente Relatório Final da PRECONEA relaciona e adita os documentos produzidos, prévia, durante e posteriormente à PRECONEA, para conhecimento e encaminhamentos necessários da Coordenação Geral da Pré-Conferência Nacional do Meio Ambiente do Estado de São Paulo e posteriormente da Coordenação Geral da Conferência Nacional do Meio Ambiente, assim como dos demais interessados. Este Relatório Final da PRECONEA oferece uma visão ampla de todo processo histórico da PRECONEA, desde sua criação, à sua realização, ocasião na qual, o Setor Ambientalista do Estado de São Paulo mobilizado apresentou suas propostas e seus pleitos. Por derradeiro, este Relatório Final elenca os registros posteriores advindos da PRECONEA. O presente Relatório Final da PRECONEA em 7 (sete) páginas numeradas de I a VII é composto de 550 (quinhentas e cinquenta) páginas numeradas, em 3 (três) vias e um diskete em 3 (três) vias em que abaixo passam a ser declaradas:

1. pg. 1- Ata da PRECONEA (DIGITALIZADO EM DISKETE);
2. pg. 5- Comunicado/ Inscrição/ à CE-COE NMA/SP, para a realização das PRECONEA, Conferência Preparatória da CNMA/SP, conforme requisitos regimentais da CNMA/SP
3. pg. 6- Convite Oficial da PRECONEA, realizado pelo Secretário de Estado José Goldemberg;
4. pg. 7- Fichas de Inscrição e Lista de Presença (DIGITALIZADA EM DISKETE);
5. pg. 168- Fotos da PRECONEA;

6. pg. 176- Impressos distribuídos aos conferencistas da PRECONEA de autoria da Comissão Organizadora da Pré-conferência Nacional do Meio Ambiente Setorial de Entidades, Fóruns, Redes, Movimentos e Ativistas Ambientistas do Estado de São Paulo , entre eles:

6.1.1.1. pg. 177- Programa,

6.1.1.2. pg. 178- Regimento Interno,

6.1.1.3. pg. 179- Ficha de Inscrição,

6.1.1.4. pg. 180- Ficha de Proposta,

6.1.1.5. pg. 181- Ficha de Emenda,

6.1.1.6. pg. 182- Ficha de Moção,

6.1.1.7. pg. 183- Lista de Presença (vide preenchida);

6.1.1.8. pg. 184- Felipeta de Transferência de Local,

6.1.1.9. pg. 185- Certificado de Conferencista da PRECONEA;

6.1.1.10. pg. 186- Certificado de Delegado da PRECONEA;

7. pg. 187- Impressos distribuídos aos conferencistas da PRECONEA, de autoria da CNMA:

7.1.1.1. pg. 188- Documento-base ;

8. pg. 202- Impressos distribuídos aos conferencistas da PRECONEA, de autoria da Vitæ Civilis e Fórum Brasileiro de ONGs:

8.1.1.1. Mudanças Climáticas 1;

8.1.1.2. Mudanças Climáticas 2;

9. pg. 204 Lista de Delegados e Suplentes (DIGITALIZADA EM DISKETE), relacionando os indicados pela PRECONEA, contendo os seguintes dados: Nome, Documento de Identidade, CPF – Cadastro de Pessoa Física, Endereço, Cidade, CEP – Código de Endereçamento Postal, Telefone (opcional), E-mail (opcional) ;

10. pg. 205- Manifesto / Nota sobre Mudanças Climáticas, de conferencista;

11. Relatório de Diretrizes, Moções , Propostas e Petições Consensuais desta Conferência Preparatória para a Pré-conferência Nacional do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, composto de:

11.1.1. pg. 207- (8) Oito Diretrizes Temáticas (DIGITALIZADO EM DISKETE) propriamente ditas, elaboradas e apontadas pelos Núcleos de Trabalho Temáticos e inscritas e digitadas por seus responsáveis

11.1.1.1. SISNAMA;

11.1.1.2. Recursos Hídricos;

- 11.1.1.3. **Biodiversidade e Espaços Territoriais Protegidos;**
- 11.1.1.4. **Agricultura, Pecuária, Recursos Pesqueiros e Florestas;**
- 11.1.1.5. **Infra-estrutura, Transportes e Energia;**
- 11.1.1.6. **Meio Ambiente Urbano;**
- 11.1.1.7. **Mudanças Climáticas;**
- 11.1.1.8. **Da Transversalidade;**
- 11.1.2. **pg. 243- Propostas e Emendas originais manuscritas referentes às diretrizes acima;**
- 11.1.3. **pg. 307-** Um total de 20 (vinte) Moções (DIGITALIZADAS EM DISKETE) sendo Moções Consensuais dos Núcleos de Trabalho Temáticos , 1 Moção Independente, **digitadas, aprovadas pela Plenária para encaminhamento à CNMA e CNMA/SP.** Sendo que as Moções de número 19 e 20 (dezenove e vinte) são para deliberação imediata da COE/CNMASP;
- 11.1.4. **pg. 327- Moções originais manuscritas referentes às diretrizes acima e documentos adicionais da Moção da Repea;**
- 11.1.5. **pg. 376- Petição à Ministra do Meio Ambiente da República Federativa do Brasil Senadora Marina Silva (DIGITALIZADA EM DISKETE): ABAIXO- ASSINADO À MINISTRA MARINA SILVA.** O Movimento Ambientalista Paulista, nesta Pré-conferência Nacional do Meio Ambiente Setorial de Entidades, Fóruns, Redes, Movimentos e Ativistas Ambientalistas do Estado de São Paulo, aos 05.09.03, no Memorial da América Latina, São Paulo- SP subscrive; **pelo fortalecimento das ações transversais MEIO AMBIENTE/TRANSPORTES e ratifica seu apoio à luta da Sociedade Civil e OSCs, em prol da INTEGRIDADE DAS MONTANHAS, FLORESTAS E MANANCIAS DA SERRA SÃO LOURENCINHO, posto que HÁ ALTERNATIVA LOCACIONAL E TECNOLÓGICA PARA A DUPLICAÇÃO da BR-116, Rodovia Régis Bittencourt, neste trecho da Serra do Cafezal , e, solicita a nossa Ministra do Meio Ambiente que considere nosso pleito, expresso nos documentos em anexo, pois queremos participar e acreditar cada vez mais da construção do país com que todos sonhamos”.** -Anexos do ABAIXO- ASSINADO À MINISTRA MARINA SILVA: **Ação Civil Pública, de 19.08.2003; Encaminhamento da Presidência da República do DOSSIÊ ao MMA, ofício DDH/GP/PR229 de 11.03.2003; DOSSIÊ a LULA DA SILVA, 27 .11.2002- pela OAB-117; CARTA ABERTA À CIDADANIA, 27.08.2002 de Dra. Meire Garcia Pizelli, Pres. CIDC OAB 117a Subsecção; MATÉRIA O ESTADO DE SÃO PAULO, 02 .09.2003, ”FLORESTAS GARANTEM ÁGUA PURA PARA METRÓPOLES.**

12. Vários documentos dos antecedentes da mobilização do Setor Ambientalista para a CNMA e eleição das entidades TERRÆ, ACPO E VIDÁGUA para representarem o Setor Ambientalista na COE/CNMASP

- 12.1.1. **pg. 434-** – Comunicado da **TERRÆ**, sobre a Reunião para Instalação desta Comissão pelo IBAMA aos 18.06.2003;
- 12.1.2. **pg. 439-** – Registros na MÍDIA

- 12.1.2.1. “Debate estadual para conferência”, REBEA;
- 12.1.2.2. “Ongs convocam reunião para a formação”, REBEA;
- 12.1.3. **pg. 442-** Convocatória da REUNIÃO DE ENTIDADES AMBIENTALISTAS, aos **01/07/03 no Instituto Pólis;**
- 12.1.4. **pg. 444**Relatório das ações da organização da sociedade civil TERRÆ para informação e mobilização do Setor Ambientalista sobre a CNMA, até **01/07/03;**
- 12.1.5. **pg. 457 -** ATA da REUNIÃO DE ENTIDADES AMBIENTALISTAS, aos **01/07/03;**
- 12.1.6. **pg. 460-** Lista de Presença da REUNIÃO DE ENTIDADES AMBIENTALISTAS, aos **01/07/03;**
- 12.1.7. **pg. 464-** Mensagem de R. Born sobre a REUNIÃO DE ENTIDADES AMBIENTALISTAS, aos **01/07/03**, mencionando também a Criação da Lista CNMASP;

13. Várias Mensagens, Ofícios e Cartas apresentados como demonstrativo histórico do processo prévio de criação, elaboração, organização, divulgação e implementação da Pré-conferência Nacional do Meio Ambiente Setorial de Entidades, Fóruns, Redes, Movimentos e Ativistas Ambientistas do Estado de São Paulo , levado avante pela Comissão Organizadora da PRECONEA e pela PROAONG:

- 13.1.1. **pg. 466 -** Ações Preparatórias junto aos Facilitadores, formato. N.139, e ofícios e mensagens que o antecederam da **Comissão Organizadora da PRECONEA**
- 13.1.2. **pg. 468-** Ações Preparatórias junto aos Facilitadores “Oportunidade de Ouro” com 1. detalhamento da programação da PRECONEA, elaborado pela ACPO, e 2. Lista dos impressos facilitadores , formato N. 92/2, e ofícios e mensagens que o antecederam da **Comissão Organizadora da PRECONEA;**
- 13.1.3. **pg. 474-** Agradecimentos e Justificativas de ausência ao Convite Eletrônico N.98 e ofícios e mensagens que os antecederam da **Comissão Organizadora da PRECONEA;**
- 13.1.4. **pg. 475-** Agradecimentos da **Comissão Organizadora da PRECONEA** pela Confirmação de Presença na Abertura , e ofícios e mensagens que os antecederam da **Comissão Organizadora da PRECONEA;**
- 13.1.5. **pg. 476-** Agradecimentos de Délcio Rodrigues ao Convite para Facilitador, e ofícios e mensagens que o antecederam da **Comissão Organizadora da PRECONEA;**
- 13.1.6. **pg. 477-** Agradecimentos de LIANA JOHN ao Convite para elaboração das Agendas, e ofícios e mensagens que o antecederam da **Comissão Organizadora da PRECONEA;**
- 13.1.7. **pg. 479-** Agradecimentos e Comentários de Carlos Bocuhy ao Convite para a Reunião de 01.07.03 e para Facilitador da PRECONEA;
- 13.1.8. **pg. 488-** Apresentação da PRECONEA ao FOPEA pela PROAONG;
- 13.1.9. **pg. 489 -**Carta de Léa Corrêa Pinto CO/CNMA/SP, para motivar a participação da UNESP nos Eventos Paralelos e na mobilização propriamente dita;
- 13.1.10. **pg. 492-** Comentários do Arq. Hélio Shimizu CO/CNMA/SP, que assumiu a Facilitação voluntariamente;
- 13.1.11. **pg. 493-** Comunicado da **Comissão Organizadora da PRECONEA** às autoridades da mudança de local,
- 13.1.12. **pg. 495-** Comunicado da **Comissão Organizadora da PRECONEA** da mudança de local,
- 13.1.13. **pg. 496-** Comunicado da **PROAONG** da mudança de local, , e ofícios e mensagens que o sucederam da **Comissão Organizadora da PRECONEA;**
- 13.1.14. **pg. 497-** Comunicado do Gabinete da MINISTRA MARINA Silva; e ofícios e mensagens que o antecederam da **Comissão Organizadora da PRECONEA;**
- 13.1.15. **pg. 499-** Conclame aos Facilitadores e Relatores e ofícios e mensagens que o antecederam da **Comissão Organizadora da PRECONEA**, formato N. 138;
- 13.1.16. **pg. 501-** Confirmação da PM de Botucatu, através do Secretário de Meio Ambiente cedendo os alojamentos requisitados por Léa Corrêa Pinto, para o Movimento Ambientalista, e ofícios e mensagens que a antecederam;
- 13.1.17. **pg. 502-** Confirmação de aceite por Malu Ribeiro referente ao Convite Eletrônico para facilitadora e relatora da Agenda Azul, e ofícios e mensagens que o antecederam da **Comissão Organizadora da PRECONEA;**

- 13.1.18. **pg. 503-** Convites da **Comissão Organizadora da PRECONEA** a especialistas para realizarem as Agendas Prévias, e ofícios que os antecederam e sucederam da **Comissão Organizadora da PRECONEA**;
- 13.1.19. **pg. 505-** CONVOCATÓRIA PARA REUNIÃO DE ENTIDADES AMBIENTALISTAS PARA DISCUTIR A CONFERÊNCIA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE, aos **01/07/03, terça-feira, às 18:00h, no auditório do Instituto Polis (Rua Araújo, nº124, Centro, São Paulo/SP pela COEAProvisória/CNMA SP , TERRÆ, SOS MATA, ISA**
- 13.1.20. **pg. 507-** Credenciamento da CTA-JMA, ao Convite Eletrônico , e ofícios e mensagens que o antecederam da **Comissão Organizadora da PRECONEA** (vide a ampla divulgação nas redes);
- 13.1.21. **pg. 508-** Encaminhamento à lista CNMA/SP sobre a PRECONEA, formato N.117;
- 13.1.22. **pg. 511-** Informe ao CEAC-CONSEMA, FOPEA etc sobre o Regimento Interno da PRECONEA , e ofícios e mensagens que o antecederam da **Comissão Organizadora da PRECONEA**;
- 13.1.23. **pg. 512-** Inicial da PRECONEA à PROAONG; , e ofícios e mensagens que a sucederam da **Comissão Organizadora da PRECONEA**;
- 13.1.24. **pg. 517-** Inicial da **PRECONEA, mensagem da ACPO**, e ofícios e mensagens que a antecederam de Léa Corrêa Pinto;
- 13.1.25. **pg. 523-** Justificativa de ausência de Rodrigo Agostinho à **Comissão Organizadora da PRECONEA**, e ofícios e mensagens que a sucederam da **Comissão Organizadora da PRECONEA**;
- 13.1.26. **pg. 524-** Justificativas de Fabíola Zerbini por não comparecer como Facilitadora à **Comissão Organizadora da PRECONEA**;
- 13.1.27. **pg. 525-** Oferecimento de Raul Silva Telles para atuar como Facilitador , e ofícios e mensagens que o antecederam e/ou sucederam da **Comissão Organizadora da PRECONEA**;
- 13.1.28. **pg. 526-** Oferecimento de Guilherme Masek à **Comissão Organizadora da PRECONEA** para voluntariar como Facilitador;
- 13.1.29. **pg. 527-** Pedido ao SINTAEMA da **Comissão Organizadora da PRECONEA** , indeferido , e ofícios e mensagens que o antecederam da **Comissão Organizadora da PRECONEA**;
- 13.1.30. **pg. 529-** Preparativos dos Webs Sites para dar suporte Movimento Ambientalista Paulista pela à Comissão Organizadora da PRECONEA;
- 13.1.31. **pg. 531-** Relato da PRECONEA pela **Comissão Organizadora da PRECONEA**, formato. N.153
- 13.1.32. **pg. 532-** Sugestões à **Comissão Organizadora da PRECONEA** ao Programa, por Ninon Machado, e ofícios e mensagens que as antecederam e/ou sucederam da **Comissão Organizadora da PRECONEA**;

14. Vários registros na Mídia

14.1.1.1. **pg. 533-** publicados:

14.1.1.1.1. **“PRECONEA“, REBEA Notícias**

14.1.1.1.2. **“Realiza-se a Pré-conferência Nacional do Meio Ambiente Setorial de Entidades, Fóruns, Redes, Movimentos e Ativistas Ambientistas do Estado de São Paulo”, Secretaria do Meio Ambiente/ SP Notícias;**

14.1.1.1.3. **“Relatos e Agradecimentos da CO/PRECONEA“, REBEA Notícias;**

**14.1.1.1.4. “REPEA representará ambientalistas na Pré-conferência Estadual
“REBEA Notícias;**

**14.1.2. pg. 539- Relação parcial na busca da MSN sobre os Sítios com notícias da
PRECONEA;**

14.1.3. pg. 542- Relato redirecionado na Web pela ABRADCECEL;

**14.1.4. pg. 544- Releases elaborados pela . Comissão Organizadora da Pré-conferência
Nacional do Meio Ambiente Setorial de Entidades, Fóruns, Redes, Movimentos e Ativistas
Ambientalistas do Estado de São Paulo**

**14.1.5. pg. 546- Release publicado pela AMBIENTE BRASIL sobre a Pré-conferência
Nacional do Meio Ambiente Setorial de Entidades, Fóruns, Redes, Movimentos e Ativistas
Ambientalistas do Estado de São Paulo;**

**14.1.6. pg. 548- Referência no site do MMA sobre a Pré-conferência Nacional do Meio
Ambiente Setorial de Entidades, Fóruns, Redes, Movimentos e Ativistas Ambientalistas do
Estado de São Paulo;**

14.1.7. pg. 550- Sítios com Informações da PRECONEA:

14.1.7.1. <http://sites.uol.com.br>

14.1.7.2. <http://terrae.sites.uol.com.br/terrae/CNMA.htm>

15. Diskete com: RELATÓRIO FINAL DA COMISSÃO ORGANIZADORA DA PRÉ-CONFERÊNCIA
NACIONAL DO MEIO AMBIENTE SETORIAL DE ENTIDADES, FÓRUNS, REDES,
MOVIMENTOS E ATIVISTAS AMBIENTALISTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - PRECONEA

1. Ata da PRECONEA, Lista de Presença, Relatório de Diretrizes, **Lista de Delegados e Suplentes**, Moções ,
Propostas e Petições Consensuais desta Conferência Preparatória para a Pré-conferência Nacional do Meio
Ambiente do Estado de São Paulo, composto de (8) Oito Diretrizes Temáticas, um total de 20 (vinte) Moções,
**Petição à Ministra do Meio Ambiente da República Federativa do Brasil Senadora Marina Silva em
apoio às Alternativas Locacionais e/ou Tecnológicas que permitem manter a integridade da Serra São
Lourencinho na duplicação da Br116/Serra Cafezal.**

São Paulo, 09 de setembro de 2003

Léa Corrêa Pinto

Jeffer Castelo Branco

**Rodrigo Antônio de Agostinho
Mendonça,
representado por Ivan Alexandre F.
Marche
VIDÁGUA**

TERRÆ

ACPO



REALIZAÇÃO

APOIO

COLETIVO DE ENTIDADES AMBIENTALISTAS
PARA A PRÉ-CONFERÊNCIA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE
DO ESTADO DE SÃO PAULO

2. Ata da PRECONEA,



ATA DA PRÉ-CONFERÊNCIA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE, SETORIAL DE ENTIDADES, FÓRUNS, REDES, MOVIMENTOS E ATIVISTAS AMBIENTALISTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Aos 5 de setembro de 2003, sexta feira, realizou-se a partir das 8:00 horas no Memorial da América Latina, na Avenida Auro Soares de Moura Andrade 664, ao lado do Metrô Barra Funda, em São Paulo, Capital, a **Pré-conferência Nacional do Meio Ambiente Setorial de Entidades, Fóruns, Redes, Movimentos e Ativistas Ambientalistas do Estado de São Paulo** (PRECONEA), com a presença de mais de 149 (cento e quarenta e nove) conferencistas, sendo muitos deles pertencentes a mais de 65 (setenta e cinco) entidades, fóruns, redes, ou movimentos ambientalistas. A PRECONEA que foi amplamente divulgada em diversos meios de comunicação, prevista inicialmente para realizar-se no Auditório Augusto Ruschi localizado na Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, foi transferida e realizada no Memorial de América Latina devido à greve dos funcionários da CETESB. A PRECONEA foi organizada por três entidades ambientalistas, eleitas aos 01 de junho de 2003, para representarem o Setor das Entidades Ambientalistas do Estado de São Paulo na Comissão Organizadora Estadual (COE), da **Pré-conferência Nacional do Meio Ambiente do Estado de São Paulo** (CNMA/SP), cito, **TERRÆ**, representada por Léa Corrêa Pinto; **ACPO**, por Jeffer Castelo Branco; e **VIDÁGUA**, por Rodrigo Agostinho, respectivamente. Estes representantes idealizaram e realizaram a **Pré-conferência Nacional do Meio Ambiente Setorial de Entidades, Fóruns, Redes, Movimentos e Ativistas Ambientalistas do Estado de São Paulo**, com o objetivo de mobilizar o Setor Ambientalista **do Estado de São Paulo** para: apresentar e discutir propostas visando o fortalecimento do SISNAMA; para incentivar a participação setorial na Pré-conferência Nacional do Meio Ambiente do Estado de São Paulo e na Conferência Nacional do Meio Ambiente; para eleger Delegados setoriais; e também para se ter um piloto, base para a Pré-conferência Nacional do Meio Ambiente do Estado de São Paulo. Os representantes da **TERRÆ**, **ACPO** e **VIDÁGUA** para realizarem a PRECONEA e atingirem estes objetivos, solicitaram ao **PROAONG**, Programa Estadual de Apoio as ONGs da Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo todo apoio dentro do que fosse possível para o melhor desenvolvimento da PRECONEA. O **PROAONG** se encarregou dentre as várias tarefas : 1) Providenciar um local para realização

da PRECONEA; 2) Ajudar na divulgação do evento; 3) Imprimir o material a ser distribuído; 4) Elaborar a apresentação do Documento-base, da Conferência Nacional do Meio Ambiente, CNMA, em software de apresentação; 5) Providenciar e preparar as pastas com o material a ser entregue aos Conferencistas da PRECONEA; 6) Informar ao Secretário do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, Professor Doutor José Goldemberg da realização da PRECONEA e andamento dos preparativos; 7) Ajudar a contatar facilitadores e relatores; 8) Ajudar e discutir sobre a metodologia da PRECONEA; 9) Apoiar a PRECONEA com recursos humanos e equipamentos; 10) Participar da elaboração da ATA da PRECONEA 11) Apoiar e Ajudar na Elaboração o do Relatório Final da PRECONEA para entrega ao IBAMA/COE-CNMA/SP, com recursos humanos e materiais; 12) Providenciar o registro fotográfico da PRECONEA, também em meio digital. A Abertura da PRECONEA foi realizada pelo Professor Doutor **José Goldemberg** - Secretário do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, pela Doutora **Analice N. Pereira** - Gerente Executiva do IBAMA/SP, por **Rachel Trajber** - Coordenadora da Conferência Nacional do Meio Ambiente, neste ato representando à Ministra de Estado do Meio Ambiente da República Federativa do Brasil **Marina Silva**; por **Délcio Rodrigues** - membro da Coordenação Nacional Conferência Nacional do Meio Ambiente; por **Enrique Svirsky** - Coordenador do PROAONG/SMA; e pela Comissão Organizadora da PRECONEA composta dos ambientalistas, **Léa Corrêa Pinto, Jeffer Castelo Branco e Ivan de Marche**, respectivamente representantes das Entidades Ambientalistas **TERRÆ, ACPO e VIDÁGUA**, sendo este último também Conselheiro do CONSEMA/SP (Coletivo das Entidades Ambientalistas cadastradas junto ao CONSEMA). Encerrada a Abertura, todos se levantaram para ouvir o HINO NACIONAL. A seguir, **Rachel Trajber, Délcio Rodrigues** da Coordenação Nacional da CNMA, **Léa Corrêa Pinto e Jeffer Castelo Branco**, da Comissão Organizadora da PRECONEA prestaram esclarecimentos sobre os meios e os produtos esperados advindos da PRECONEA e das discussões dos Núcleos de Trabalho Temáticos e fizeram referências ao Documento-base da Conferência Nacional do Meio Ambiente, distribuído a todos Conferencistas na hora das inscrições. Na seqüência, foi apresentado o Regimento Interno da **Pré-conferência Nacional do Meio Ambiente Setorial de Entidades, Fóruns, Redes, Movimentos e Ativistas Ambientalistas do Estado de São Paulo**, que foi aprovado por consenso, com apenas esta emenda: “que o sistema de eleição de delegados poderia ser alterado se fosse consenso na ocasião da instalação de plenária de eleição dos delegados.” A metodologia de trabalho da PRECONEA foi explicada e em seguida iniciaram-se os trabalhos propriamente ditos, com os conferencistas divididos em sete Núcleos de Trabalho Temáticos, com previsão inicial de trabalhos para até às 13:00 horas: 1) Recursos Hídricos, que teve como facilitadora **Marussia Whately** e como relatora **Juliana Zaina**; 2) Biodiversidade, e espaços territoriais protegidos, com **Márcia Corrêa**, facilitadora e **Silvia Czapski**, relatora. 3) Infra-estrutura: transportes e energia, com **Ricardo Ferraz**, facilitador e **Sávio de Tarso**, relator; 4) Agricultura, pecuária, recursos pesqueiros e florestais, com **Raul Silva Telles do Valle**, facilitador e **Andréia Maffeis**, relatora; 5) Meio Ambiente Urbano, com **Hélio Shimizu**, facilitador e **Mariana Romão**, relatora; 6) Mudanças Climáticas, com **Rubens Born**, facilitador e **Sérgio Talocchi**, relator; 7) Da Transversalidade para ações efetivas, com **Thomas Antônio de Sousa**, facilitador e **Rodrigo Barrales**, relator. O Núcleo de Trabalho Temático 7, foi sugerido pelos seus participantes, tendo sido aceita sua criação pela Comissão Organizadora da PRECONEA, a qual, foi referendada posteriormente pelo

Plenário. A Plenária foi reiniciada às 14:00 horas com a presença de Dr. **Eduardo Trani**, Diretor da Superintendência de Planejamento Estratégico da CDHU - Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo, e membro da Comissão Organizadora da Conferência Estadual de Cidades, que ressaltou por um lado a necessidade da participação do movimento ambientalista na Conferência das Cidades; e por outro, sua preocupação pelo fato de que ambas Conferências, - a das Cidades, em Brasília, e a Pré-conferência Nacional de Meio Ambiente do Estado de São Paulo, em Botucatu, SP, aos 24, 25 e 26 de outubro virem a ocorrer simultaneamente, prejudicando a participação do Setor Ambientalista. Diante disto, a Plenária manifestou-se a favor de encaminhar uma Moção para deliberação da Comissão Organizadora da Pré-conferência Nacional do Meio Ambiente do Estado de São Paulo COE-CNMA/SP, visando alterar a data de realização da Pré-conferência Nacional de Meio Ambiente do Estado de São Paulo, em Botucatu. Uma segunda moção encaminhada para deliberação da COE/CNMA/SP, diz respeito à proposta apresentada por **Mônica Pilz Borba** que foi assim aprovada: a proposta será encaminhada como Moção para que a COE/CNMA/SP analise o II Encontro Estadual de Educação Ambiental de Rio Claro, que contou com a presença de 1.300 educadores ambientais, e julgue considerá-lo como uma Pré-conferência Setorial válida para efeito da CNMA/SP, e que suas diretrizes anexadas à Moção, no Relatório Final da PRECONEA venham a ser encaminhados à CNMA, pela CNMA/SP. Após estes Informes e uma moção independente, os facilitadores e/ou relatores dos sete Núcleos de Trabalho Temáticos apresentaram as moções consensuais do Núcleo para aprovação da Plenária, as propostas apresentadas nos seus Núcleos, e um resumo das diretrizes mais importantes discutidos em cada Núcleo, uma vez que as diretrizes foram aprovadas por consenso dos conferencistas em seus respectivos Núcleos de Trabalho Temáticos, com exceção feita ao Núcleo de Trabalho Temático “Recursos Hídricos” que não apresentou as propostas que não foram consenso para apreciação da plenária e portando, estamos anexando estas propostas em destaque para deliberação do COE-CNMA/SP e posteriormente submetida à Pré-conferência Nacional de Meio Ambiente do Estado de São Paulo, se assim for o entendimento. As moções consensuais apresentadas pelos Núcleos de Trabalho Temáticos e a moção independente lida por Léa Corrêa Pinto, apresentada pela representante da entidade 5 Elementos foram aprovadas pela Plenária. Algumas moções receberam emendas. Todas as moções serão digitadas na íntegra, e anexadas ao Relatório de Diretrizes, Moções, Propostas e Petições Consensuais da PRECONEA. Durante a PRECONEA circularam entre os Conferencistas Lista de Adesão à Petição do Setor Ambientalista, tendo sido os termos da Petição à Ministra **Marina Silva**, também sido aprovado como Moção pela Plenária e será juntado ao Relatório de Diretrizes, Moções, Propostas e Petições Consensuais desta Conferência Preparatória para a Pré-conferência Nacional do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, parte integrante do Relatório Final para encaminhamento à COE/CNMA/SP, CNMA e demais interessados. Seguiram-se informes de **Léa Corrêa Pinto**, relativos ao evento de Botucatu, que também noticiou que conseguira junto à **Prefeitura Municipal de Botucatu**, oficialmente como cortesia desta Prefeitura ao Movimento Ambientalista 300 leitos gratuitos, no Ginásio de Esportes, conforme documento em anexo, e comentou sobre a possibilidade do Movimento Ambientalista, empreender Eventos paralelos durante a CNMA/SP em Botucatu, conforme também já havia sido explicitado na ficha de inscrição da PRECONEA. Foram também citados os seguintes sítios na INTERNET, para informação e pesquisa dos conferencistas sobre a CNMA, CNMA/SP e

PRECONEA, <terrae.sites.uol.com.Br>, <www.acpo.org.br> e <www.cnmasp.org.br> e a lista de discussões <cnmasp-subscribe@yahoo.com.br>. Após teve início o processo eleitoral que foi conduzido por **Léa Corrêa Pinto, Jeffer Castelo Branco e Enrique Svirsky** visando eleger entre os Conferencistas, os Delegados indicados por este Coletivo Setorial de Entidades, Fóruns, Redes, Movimentos e Ativistas Ambientistas do Estado de São Paulo para que estes venham representar as aspirações, previstas nas Propostas, Diretrizes e Moções aprovadas pela Pré-conferência Setorial de Entidades, Fóruns, Redes, Movimentos e Ativistas Ambientistas do Estado de São Paulo, na Conferência Nacional do Meio Ambiente, nos termos do Regimento Interno da **PRECONEA** e o da Pré-conferência Nacional do Meio Ambiente do Estado de São Paulo. Conforme deliberado inicialmente pela Plenária durante a votação de aprovação do Regimento Interno, ora por consenso, foi assim encaminhada a votação dos Delegados na Plenária de Eleição: a) os três representantes da Comissão Organizadora não seriam candidatos nem votariam nos pré-selecionados; b) os candidatos deveriam se apresentar perante a Plenária e fazer uma breve descrição da sua entidade, da representatividade e do motivo pelo qual estavam se candidatando; c) cada conferencista da Plenária poderia votar no máximo em três candidatos; d) **seriam eleitos cinco candidatos titulares e cinco suplentes**, caso a representação do setor ambientalista extraordinariamente consiga cinco vagas como Delegados. Apurada a eleição os **10 (dez) primeiros colocados foram os seguintes**: 1º **Mônica Pilz Borba**, da entidade 5 Elementos (RG 9.862.632-2 e CIC 041.322.078-89); 2º **Thomas Antônio de Sousa**, da ALERTA (RG 23.058.087-7 e CIC 178.283.018-98); 3º **Marcelo Alvim**, do Instituto Eco Solidário (RG 13.067.393 e CIC 044.737.628-40); 4º **Elisabeth Grimberg**, do Instituto Polis (RG 18.021.470 e CIC 289.438.300-25); 5º **Ricardo Ferraz**, do SESBRA (RG 5.442.582-7); 6º **Márcia Corrêa**, da PROESP (RG 6.038.177); 7º **Heloisa Dias**, da CNRBMA (RG M-387.603 e CIC 176.078.336); 8º **Marlene Mantovani**, da Sociedade Ecológica de Embu (RG 6.761.754-2 e CIC 854.060.588-00); 9º Selene Yuasa, da SEIVA Advogados pela Natureza (RG 16.648.048-4 e CIC 125.563.038-83); e, 10º **Takeo Tanaka**, da Ambiental Design (RG 5.742.721 e CIC 651.746.828-53). **Mônica Borba**, da entidade 5 Elementos e **Thomas Antônio de Sousa**, da ALERTA foram oficialmente eleitos pela **Pré-conferência Nacional do Meio Ambiente Setorial de Entidades, Fóruns, Redes, Movimentos e Ativistas Ambientistas do Estado de São Paulo, como titular e suplente**. A Comissão Organizadora da **Pré-conferência Nacional do Meio Ambiente Setorial de Entidades, Fóruns, Redes, Movimentos e Ativistas Ambientistas do Estado de São Paulo** passou a contar também oficialmente com a entidade ATLA, do município de Juquitiba que comprometeu-se a acompanhar os trabalhos da COE da Pré-conferência Nacional do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, juntamente com a **TERRÆ, VIDÁGUA e ACPO**, entidades eleitas pelo Setor Ambientalista, sendo que a entidade ATLA na falta de uma delas, as representará, junto à COE-CNMA/SP, com direito a voto. Foi acertado que os relatores e/ou facilitadores dos 7 Núcleos de Trabalho Temáticos da **Pré-conferência Nacional do Meio Ambiente Setorial de Entidades, Fóruns, Redes, Movimentos e Ativistas Ambientistas do Estado de São Paulo** se reuniram aos 8 de setembro de 2003 às 14:00 horas no PROAONG/SMA, para concluir os documentos que seriam enviados à **Comissão Organizadora da Pré-conferência Nacional do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, atendendo os prazos regimentais estabelecidos**. O Grupo Biodiversidade, e espaços territoriais protegidos teve como relatoras nesta

oportunidade a Meire Garcia Pizelli e Rosa Eleutério. A PRECONEA teve como observador, o ambientalista **Gustavo Cherubine**, que foi indicado pela Comissão Organizadora (COE-CNMA/SP) para acompanhar a PRECONEA. Os documentos digitados e originais produzidos na PRECONEA, bem como aqueles exigidos pelo Regimento Interno da CNMA/SP serão relacionados no Relatório Final da Comissão Organizadora do qual fará parte integrante a presente ATA, da mesma forma que, reciprocamente o Relatório Final da Comissão Organizadora da PRECONEA fará parte integrante da presente ATA. Não havendo mais nada a declarar, eu **Enrique Svirsky** coordenador da PROAONG com apoio da Comissão Organizadora da PRECONEA redigi e assino em conjunto a presente ATA, e **em 557 (quinhentos e cinquenta e sete)** páginas numeradas mais um diskete.

Enrique Svirsky

Jeffer Castelo Branco

PROAONG/SMA

ACPO/ CG/COE/CNMA SP

Léa Corrêa Pinto

Rodrigo Antônio de Agostinho Mendonça,
representado por Ivan Alexandre F. Marche

TERRÆ/ CG/COE/CNMA SP

VIDÁGUA/ CG/COE/CNMA SP



REALIZAÇÃO

APOIO

**COLETIVO DE ENTIDADES AMBIENTALISTAS
PARA A PRÉ-CONFERÊNCIA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE
DO ESTADO DE SÃO PAULO**

3.Lista de Presença,



	NOME	ENTIDADE
1	MÔNICA BORBA	5 ELEMENTOS
2	CYNTIA HELENA RAVENA PINHEIRO	5 ELEMENTOS
3	CARLOS ALBERTO DALMONTE	A A PAIQUERÊ
4	CAIO CESAR DE LIMA	AARCA
5	JOSÉ DA GUIA PEREIRA	AARCA
6	SERGIO TALOCCHI	ABDL
7	JOÃO CARLOS RODRIGUES PERES	ABRADECEL
8	JORGE SILVA	ACPO
9	JEFFER CASTELO BRANCO	ACPO
10	JOSÉ BARBOSA	ACPO
11	MARCIO ANTONIO MELLO SILVA	ACPO
12	NELSON PEDROSO	AGDS
13	SILVIA CHAPSKY	AIPA
14	HELOIZE HELENA DE CAMPOS	AIRUMÂ COMUNICAÇÃO

15	JÚLIO FRANCO	AJ CAPITÃO CAVERNA
16	RODRIGO BARRALES	ALERTA
17	ERIC FERNANDES	ALERTA
18	THOMAS ANTONIO DE SOUZA	ALERTA
19	POLYANNA F. FLORINDO	ALERTA
20	JOSÉ RENSI FILHO	AMAP
21	TAKEO TANAKA	AMBIENTAL DESIGN
22	EZIO F. DIAS	AME/IBIUNA
23	BERNARDO TEIXEIRA	APASC
24	MARIA AMÉLIA LOFRANO	ASS. CONS. ECOLOGICA BRASIL
25	ANTONIO VITOR ROSA	ASS. DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS
26	ANTONIO SERGIO SILVA	ASS.CULTURAL EC. RAÍZES DA TERRA
27	PRISCILA S. DE ARAUJO	ASSAMAPAB
28	LUCAS S. BARBOSA	ASSOC. ECOL. MORADORES V. LOPES
29	EDILSON SANTANA SILVA	ASSOC. ECOL. MORADORES V. LOPES
30	JOSÉ SOARES DA SILVA	ASSOC. ECOL. MORADORES V. LOPES
31	TELMA DELGADO MONTEIRO	ATLA
32	MARIA DAS DORES LIMA	BSGI
33	LUMENA C. TEIXEIRA	CAMARÁ
34	VALÉRIA RODRIGUES FARIA	CEA NABUCO
35	GUILHERME MASEK	CEAVI
36	MARIA HENRIQUETA ANDRADE	CENTRO DE MONITORAMENTO AMBIENTAL
	RAYMUNDO	DA SERRA DO ITAPETY
37	RUI KUREDA	COMISSÃO NAC. MEIO AMBIENTE CUT
38	HELOISA DIAS	CONS. NAC. RES. BIOSFERA M. ATLÂNTICA
39	ADELCKE TROSSETTO NETTO	COOPERATIVA INTEGRA
40	TACIANA VITTI	CTI
41	CYBELE SILVA	ECO JURÉIA
42	MARCELLO SILVA	ECO JURÉIA
43	CRISTINA M. C. LALONI	ECOASSOCIAÇÃO
44	DÉBORA OLIVATO	ECOAR
45	LILA SANTOS	ECOAR
46	EDUARDO QUARTIM	ECOAR
47	ROBERTO FRANCO	ECONG
48	EVANDRO SANGUINETTO	ENCANTADOR DE SONHOS
49	ANTONIO PRADO	ENVAPA
50	CARLOS A. MANTOVANI	ENVAPA
51	BÁRBARA MACHADO	FBOMS
52	UBALDINO D. MACHADO	FETAESP
53	JOSÉ CARLOS DA SILVA	G.E. CALANGOS DA MATA
54	VERENA CRISTINA ALMEIDA	GPS
55	LUCIA ARAUJO	IFFPC
56	BONFILIO ALVES FERREIRA	INST. ECOLOGIA HUMANA
57	JOSÉ LUIS MILLER	INST. JEQUITIBA
58	MARIANA M. ROMÃO	INST. RECICLE MILHÕES DE VIDAS
59	MARCELO F. ALVIM	INSTITUTO ECO-SOLIDÁRIO
60	JACQUES LAMAC	INSTITUTO ECO-SOLIDÁRIO
61	EUNICE M. LIMA	INSTITUTO ECO-SOLIDÁRIO
62	DOROTI S. COSTA	INSTITUTO GATIS
63	JULIANA ZAINA	INSTITUTO GONDUANA
64	ELISABETH GRIMBERG	INSTITUTO PÓLIS
65	MIRIAN LUZANO	INSTITUTO PÓLIS
66	PILAR M. CUNHA	ISA
67	MARUSSIA WHATELY	ISA
68	FLÁVIO SOARES DE FREITAS	ISA
69	RAUL SILVA TELLES DO VALLE	ISA

70	DIEGO SANCHEZ	MAIS AMBIENTE
71	MEIRE PIZELLI	OAB/SP
72	MARIA CRISTINA FERREIRA DE FREITAS	ONG ARTE AMBIENTAL SAPUCAÍ-MIRIM
73	JULIANA FERREIRA FREITAS	ONG ARTE AMBIENTAL SAPUCAÍ-MIRIM
74	ANA PAULA LOLATO SECCO	PHYSIS CULTURA E AMBIENTE
75	LUIZ WILSON PINA	PHYSIS CULTURA E AMBIENTE
76	PAULA SARCINELLA	PORTAL ECOVIAGEM
77	ENRIQUE SVIRSKY	PROAONG
78	CÉSAR A..DENTZIEN	PROESP
79	MARCIA H. CORRÊA	PROESP
80	EVANI A. PEREIRA	PROJETO MALAGUENHO
81	GUSTAVO BECIL CHERUBIME	PROJETO REFAZENDO VÍNCULOS
82	JACQUELINE AP. AGOSTINHO GOMES	PROJETO REFAZENDO VÍNCULOS
83	SANDRA CAMPOS	REPEA
84	PAULINA CHAMORRO	RESERVA DA BIOSFERA MATA ATLÂNTICA
85	ANDRÉIA MAFFEIS	SBS
86	ATILIO VIVIAN NETO	SEIVA ADVOGADOS PELA NATUREZA
87	MARCIA M.D.ANJOS TANAZINI	SEIVA ADVOGADOS PELA NATUREZA
88	SELENE YUASA	SEIVA ADVOGADOS PELA NATUREZA
89	JOSÉ ROBERTO GARCEZ	SEIVA ADVOGADOS PELA NATUREZA
90	JACQUES DEMAJOVIC	SENAC
91	EDUARDO TRANI	SENAC
92	CRISTINA CHORÃO	SITE REPÓRTER SOCIAL
93	RICARDO C. FERRAZ	SOC .ECOLÓGICA STA BRANCA
94	MARILENE MANTOVANI	SOCIEDADE ECOL. DE EMBU
95	JOSEFA BEZERRA DA SILVA	SOS MANANCIAL RIO COTIA
96	CELLY KELLY NEIVAS DOS SANTOS	SOS MATA ATLÂNTICA
97	GUILHERME S. M. LIMA	SOS MATA ATLÂNTICA
98	MATEUS DUARTE FRANCO	SOS MATA ATLÂNTICA
99	HENRIQUE MUNIZ	SOS MATA ATLÂNTICA
100	ELAINE REGINA G. SANTOS	SOS MATA ATLÂNTICA
101	FABRIZIO G. VIOLIN	SOS MATA ATLÂNTICA
102	DANIELA RAQUEL DE MORAES	SOS MATA ATLÂNTICA
103	LEA CORREIA PINTO	TERRAE
104	LUIZA CORDEIRO DA SILVA	UNIÃO BRASILEIRA DE MULHERES
105	OZENEIDE MACHADO	UNIPAZ
106	IVY WIENS	VIDAGUA
107	FABIANA AGUIAR	VIDAGUA
108	IVAN DE MARCHE	VIDÁGUA
109	RUBENS HARRY BORN	VITAE CIVILIS
110	TÊNIDIS BENFATI	VIVA PACAEMBU
111	ALDA VIEIRA DE FREITAS	
112	ALINE CRISTINA Z. MACHADO	
113	AMANDA DE FÁTIMA M. CATARUCCI	
114	ANA BEATRIZ VIANNA RUAS	
115	ANDRÉ JOSÉ SOUZA LACERDA	
116	CARLOS EDUARDO DE BRITO	
117	CÉLIO PEREIRA DA COSTA	
118	CRISTINA OLIVETTE	
119	DENIS CARDOSO	
120	DENISE LOPES RESENDE	
121	EDERALDO	
122	EVA GUTJAHR	
123	FABIOLA B. PARMEJANE	
124	FERNANDA N. ROSSETTO	
125	FERNANDO FERREIRA	

126	FRANCISCO DE ASSIS HONDA
127	GABRIELA A. COUTO
128	GENESIO PERES DOS SANTOS
129	GISELE PAIS HORÁCIO
130	HÉLIO SHIMIZU
131	JOSÉ LUIZ MAIA
132	JOSEFA BENILDA TADEU DE LIMA
133	KELLY CRISTINA DE A. CASTRO
134	LEONARDO VASQUES
135	LUCIA S. TOTAKE
136	MAIRA PEIXOTO
137	MÁRCIO AMÊNDOLA OLIVEIRA
138	MARIA DA GRAÇA B. SANTOS
139	MILENA TERESA MAKRAY
140	MIREN MAILEN SAMPER
141	MIRIAM HELENA B. FALÓTICO
142	NELSON PEREIRA
143	NEUSA ELIAS
144	PAULA BENNATI
145	RONALDO DE LIMA
146	ROSA ELEUTÉRIO
147	RUDSON TADEU DE LIMA
148	SABRINA TADEU DE LIMA
149	SAVIO DE TARSO
150	SILVIA P. ROLIM
151	SONIA MARIA ZANELATO
152	TELMA NERY
153	TERESA B.H.COSTA MAIA
154	VANESSA KELLY GALHARDI SANTOS
155	WILLIAM LONZAR
156	WILSON T. PASSARELLI
157	
158	
159	
160	

4.Lista de Delegados e Suplentes



LISTA DOS 5 DELEGADOS TITULARES E 5 SUPLENTE (Nome, RG, CIC, Endereço, Cidade, CEP, Fone e e-mail)

1º) Mônica Borba, da entidade 5 Elementos, RG 9.862.632-2 e CIC 041.322.078-89, Rua Caio Graco 379, São Paulo, CEP 05044-00, (011) 3871-1944, e-mail: monicab@5elementos.org.br

2º) Thomas Antônio de Sousa, da ALERTA, RG 23.058.087-7 e CIC 178.283.018-98, Rua Coronel Tobias Coelho 91, São Paulo, CEP 04357-070, (011) 5561-4310, e-mail: thomas@alerta.org.br

3º) Marcelo Alvim, do Instituto Eco Solidário, RG 13.067.393 e CIC 044.737.628-40, Rua Maria José Guido Brogliato Freire 158, São José dos Campos, CEP 12244-440, (012) 3949-1715, e-mail: maralvimm@uol.com.br

4º) Elisabeth Grimberg, do Instituto Polis, RG 18.021.470 e CIC 289.438.300-25, Rua Araújo 124, São Paulo, CEP 01220-020, (011) 3258-1013, e-mail: beth@polis.org.br

5º) Ricardo Ferraz, do SESBRA, RG 5.442.582-7 e CIC 920.685.298-15, Avenida Mississippi 275, Jacaré, CEP 12321-630, (012) 3952-2790 e-mail: ricardoferraz@bol.com.br

6º) Márcia Corrêa, da PROESP, RG 6.038.177 e CIC 986.243.938-68, Rua Alfredo Julio 160, Campinas, CEP 13098-118, (019) 3257-1034, e-mail: proesp@ocipo.com.br

7º) Heloisa Dias, da CNRBMA, RG M-387.603 e CIC 176.078.336, Avenida Nova Cantareira 4211, Apartamento 62, São Paulo, CEP 02341-002, (011) 6232-5728, e-mail: helodias@uol.com.br

8º) Marlene Mantovani, da Sociedade Ecológica de Embu, RG 6.761.754-2 e CIC 854.060.588-00, Rua Nossa Senhora de Lourdes 19, Embu, CEP 06843-230, (011) 4781-6295, e-mail: mari-mantovani@superig.com.br

9º) Selene Yuasa, da SEIVA Advogados pela Natureza, RG 16.648.048-4 e CIC 125.563.038-83, Rua Sete de Abril 235 CJ 212 B, São Paulo, CEP 01043-000, (011) 3214-1416, e-mail: seleneyuasa@terra.com.br

10º) Takeo Tanaka, da Ambiental Design, RG 5.742.721 e CIC 651.746.828-53, Rua da Consolação 328/212, São Paulo, CEP 01302-000, (011) 3256-0213, e-mail: artakeot@bol.com.br

Mônica Borba, da entidade 5 Elementos e Thomas Antônio de Sousa, da ALERTA foram oficialmente eleitos pela Pré-conferência Nacional do Meio Ambiente Setorial de Entidades, Fóruns, Redes, Movimentos e Ativistas Ambientistas do Estado de São Paulo, como titular e suplente.

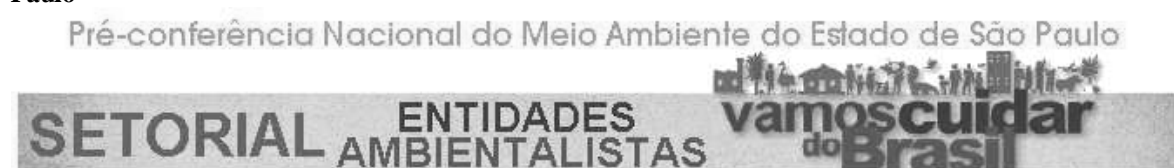
<monicab@5elementos.org.br>;<thomas@alerta.org.br>;<maralvimm@uol.com.br>;

<beth@polis.org.br>;<ricardoferraz@bol.com.br>;<proesp@ocipo.com.br>;

<helodias@uol.com.br>;<mari-mantovani@superig.com.br>;<artakeot@bol.com.br>

<seleneyuasa@terra.com.br>;

5. Relatório de Diretrizes, Moções, Propostas e Petições Consensuais desta Conferência Preparatória para a Pré-conferência Nacional do Meio Ambiente do Estado de São Paulo



5. Relatório de Diretrizes, Moções, Propostas e Petições Consensuais desta Conferência Preparatória para a Pré-conferência Nacional do Meio Ambiente do Estado de São, composto de (8) Oito Diretrizes Temáticas:

SISTEMA NACIONAL DE MEIO AMBIENTE

Origens e concepção

12 A capacidade da atuação do Estado na área ambiental baseia-se na idéia de responsabilidades compartilhadas entre União, estados, Distrito Federal e municípios e entre esses e os setores da sociedade. Vários sistemas e entidades foram criados nas últimas duas décadas para articular e dar suporte institucional e técnico para a gestão ambiental no país. No entanto, todos eles necessitam de fortalecimento e, em muitos casos, de reforço ou modificação de sua base legal, aumentando o nível de democracia interna e de controle social.

13 Esta concepção tem origem na Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional de Meio Ambiente. A lei estabelece conceitos, princípios, objetivos, mecanismos de aplicação e de formulação, instrumentos e penalidades. Institui também o Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama) e o Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama).

Instâncias

14 O Sisnama surge, nesse contexto, com a intenção de estabelecer um conjunto articulado de órgãos, entidades, regras e práticas responsáveis pela proteção e pela melhoria da qualidade ambiental, estruturando-se por meio dos seguintes níveis político-administrativos:

15 Órgão superior – Composto pelo Conselho de Governo, que reúne a Casa Civil da Presidência da República e todos os ministros, tem a função de assessorar o presidente da República na formulação da política nacional e das diretrizes nacionais para o meio ambiente e os recursos naturais.

16 Órgão consultivo e deliberativo – Refere-se ao Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama). Esse reúne os diferentes setores da sociedade e tem caráter normatizador dos instrumentos da política ambiental. O plenário do Conama engloba todos os setores do governo federal, dos governos estaduais e da sociedade, incluindo setor produtivo e organizações não-governamentais.

17 Órgão central – Ao Ministério do Meio Ambiente (MMA) cabe a função de planejar, coordenar, supervisionar e controlar as ações relativas à política do meio ambiente.

18 Órgão executor – O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) está encarregado de executar e fazer executar as políticas e diretrizes governamentais definidas para o meio ambiente. Criado em 1989, este órgão reuniu em suas competências uma gama de atribuições herdadas de diferentes agências (Sudepe, Sudhevea, Sema e IBDF).

19 Órgãos seccionais – De caráter executivo, essa instância do Sisnama é composta por órgãos e entidades estaduais responsáveis pela execução de programas e projetos, assim como pelo controle e pela fiscalização de atividades degradadoras do meio ambiente.

20 Órgãos locais – Trata-se da instância composta pelos órgãos ou entidades municipais responsáveis pelo controle e pela fiscalização dessas atividades em suas respectivas jurisdições.

21 No âmbito do Sisnama foram criados nas últimas décadas vários instrumentos voltados prioritariamente a ações de comando e controle. Alguns deles são a avaliação de impactos ambientais, com a obrigatoriedade de estudos e de relatórios para obras potencialmente danosas ao meio ambiente, o cadastro técnico federal de atividades impactantes, o licenciamento, as certificações, o zoneamento ambiental, entre outros.

Articulação e Informação

22 Mas para atuar como um sistema, não basta ao Sisnama estabelecer um conjunto de órgãos e de instrumentos. É preciso criar instâncias de articulação e fazer com que a informação circule. Dessa forma, integram o Sisnama alguns instrumentos idealizados para gerenciar a informação, possibilitar a avaliação e o acompanhamento permanentes das políticas ambientais do país, assim como fornecer recursos voltados a estruturá-lo e a fortalecê-lo.

23 O Sistema Nacional de Informação sobre o Meio Ambiente (Sinima) foi criado com o intuito de estabelecer uma base de dados capaz de gerenciar as informações do sistema. O Relatório de Qualidade do Meio Ambiente (RQMA) surgiu como instrumento de monitoria e acompanhamento da qualidade ambiental. E o Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA) foi idealizado no âmbito do programa Nossa Natureza com a finalidade de fomentar a execução de projetos ambientais objetivando o desenvolvimento sustentável.

24 O Sisnama prevê, ainda, a Agenda Nacional do Meio Ambiente. Nessa devem constar os temas, programas e projetos considerados prioritários para a melhoria da qualidade ambiental e o desenvolvimento sustentável do país, indicando os objetivos a serem alcançados em um período de dois anos. O processo de construção da primeira Conferência Nacional de Meio Ambiente possibilitará o aperfeiçoamento da elaboração da agenda.

IMPLEMENTAÇÃO DO SISNAMA

25 Mesmo apresentando um caráter inicial estritamente preservacionista e voltado a ações de comando e controle, o Sisnama representou um começo de descentralização na gestão ambiental. Instituído há 22 anos, esse sistema ainda não foi completamente estruturado. Requer avanços em sua forma de atuação integrada, aprimorando a articulação entre os diferentes órgãos que o compõem. A realização das pré-conferências nos estados viabilizará que as experiências de implementação dos sistemas de meio ambiente nos estados e municípios sejam consideradas nas diretrizes para o aperfeiçoamento do Sisnama.

26 Entre os problemas que o Sisnama apresenta em sua implementação estão a falta de capilaridade. Até então, foram criadas instâncias municipais de meio ambiente em cerca de 10% dos municípios brasileiros,

ocorrendo na ausência dessas, o repasse das atribuições para os âmbitos estadual e federal. A escassez de recursos financeiros e de pessoal para que o sistema se estruture plenamente também constituem impedimentos, assim como a falta de uma base legal revisada, consolidada e implementada.

27 O debate em torno da estruturação e do fortalecimento do Sisnama constitui o tema central da Conferência Nacional do Meio Ambiente. Três aspectos merecem ser discutidos em profundidade para fortalecer esse sistema:

- **28 Aumento da base de sustentação social das políticas ambientais** – O Sisnama prevê a participação e o controle social na definição de diretrizes e prioridades para a política ambiental. Vale ressaltar que a sociedade civil organizada, por meio das ONGs e dos movimentos sociais, cumpre um papel fundamental na consolidação e na ampliação das questões ambientais do Brasil e do mundo. Identificam-se, contudo, vários outros segmentos da sociedade que incorporam a variável ambiental em suas práticas e prioridades: comunidades tradicionais, povos indígenas, cooperativas, clubes de serviços, grupos de empresários, entre outros. É preciso ampliar e fortalecer os espaços de debate, de negociação e de deliberação das políticas ambientais para o país buscando incluir esses novos atores. A Conferência Nacional do Meio Ambiente representará o ponto culminante de participação da sociedade na construção das políticas ambientais, algo que deve ser assegurado a todos os segmentos sociais também nos conselhos de meio ambiente, em âmbitos municipal, estadual e federal, assim como em outros espaços públicos.
- **29 Descentralização da gestão ambiental** – Um dos aspectos centrais do Sisnama é o compartilhamento, entre os entes federados, da gestão ambiental. Mesmo necessitando de fortalecimento, esses organismos já estão estruturados nas esferas federal e estaduais. O mesmo não ocorre no âmbito dos municípios, o que demonstra a necessidade de políticas capazes de viabilizar os órgãos municipais de meio ambiente, envolvendo equipes interdisciplinares, assim como a articulação com outras políticas do setor público e com a sociedade. Os órgãos ambientais do Sisnama devem desenvolver ações de planejamento regional, integrando Comitês de Bacias Hidrográficas, consórcios e associações intermunicipais, além de identificar instrumentos destinados a financiar as políticas locais e regionais para o meio ambiente.
- **30 Transversalidade** – a transversalidade é componente fundamental para que a questão ambiental passe a ser estruturadora do processo de desenvolvimento, garantindo, assim, possibilidade de superarmos ações pontuais e de viabilizarmos a ação dos organismos ambientais a partir do planejamento. O Sisnama deve promover o diálogo e a articulação com os demais sistemas voltados a áreas específicas da gestão ambiental, como o Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos (SINGREH), o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) e o **SIBEA (Sistema Brasileiro de Informações de Educação Ambiental)**
- **31 A transversalidade deve estar em todos os setores do Sisnama e o MMA (Ministério do Meio Ambiente) deve participar do planejamento das propostas desde o início, buscando uma operacionalização mais eficiente.**
- **32 Efetiva Integração da Gestão dos Recursos Hídricos com a Gestão Ambiental; Estabelecer mecanismos de integração e monitoramento da gestão integrada.**
- **31** O caminho a ser trilhado pela Política Nacional de Meio Ambiente em direção à sustentabilidade depende, portanto, do fortalecimento da capacidade coordenadora-executora do Sisnama. Possíveis estratégias para isso são:
 - **32** incentivo à criação dos órgãos municipais de meio ambiente, assim como de conselhos municipais e estaduais, incluindo mecanismos que facilitem a sua estruturação, aparelhamento e articulação com os comitês de bacia;
 - **33** articulações entre governos federal, estaduais e municipais, envolvendo instituições de ensino e pesquisa, para a capacitação técnica, tecnológica e operacional dos órgãos ambientais nos diferentes âmbitos;
 - **34** revisão e consolidação do arcabouço legal relativo ao meio ambiente, incluindo o amplo debate no âmbito do Conama do Projeto de Lei Complementar nº 12, de 2003, em tramitação na Câmara

dos Deputados. Esse projeto fixa normas para a cooperação entre União, estados, Distrito Federal e municípios no que se refere a competências ambientais comuns;

- **35** estruturação de mecanismos que garantam o acesso de cada cidadão e cidadã à informação sobre degradação e riscos ambientais, opções de uso sustentável dos recursos, incluindo técnicas e tecnologias adaptadas. Esses devem também orientar sobre as formas de participar na tomada de decisões, em consonância com a Lei Nº 10.650/2003 (Lei de Acesso à Informação);
- **37** fortalecimento da Comissão Tripartite, como um dos grandes fóruns para a construção do pacto ambiental do país, e instalação de comissões tripartites nos estados e no Distrito Federal, compostas por representantes do Ibama, do órgão ambiental estadual e da Associação Nacional dos Municípios e Meio Ambiente.
- **38** estabelecimento de uma Agenda Nacional do Meio Ambiente, para a qual esta Conferência poderá fornecer as diretrizes e as prioridades.
- **39** definição de diretrizes para o sistema que dialoguem com a possível revisão do PPA 2004-2207 e que incidam na formulação do PPA 2008-2011;
- **40** adoção do princípio do desenvolvimento sustentável como uma das bases do desenvolvimento nacional;
- **41** fortalecimento do Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA) nas políticas de fomento e apoio a projetos e programas de implementação do Sisnama;
- **42** fortalecimento das diretrizes para o planejamento participativo que integrem uma visão regional da gestão ambiental;
- **43** desenvolvimento de ações que valorizem a integração e a capacitação dos diferentes conselhos que compõem o Sisnama;
- **44** desenvolvimento de ações de integração entre os poderes legislativo e executivo para o aprimoramento da base legal.

45 Ação efetiva - Tendo em vista os esforços empreendidos pelas comunidades ambientalistas no sentido de alterar os paradigmas de exploração dos recursos naturais em direção a uma economia ambientalmente sustentável, e considerando:

- a) a **prioridade da matriz de transversalidade anunciada como política de governo para o meio ambiente;**
- b) a **destacada necessidade de reforçar os instrumentos de disseminação da educação ambiental, principalmente para a juventude; e**
- c) a **relevante importância atribuída ao esclarecimento e à conscientização da população em geral para a adoção de práticas cotidianas ambientalmente saudáveis, sobretudo no tocante à educação para o consumo sustentável,**

a Conferência Nacional do Meio Ambiente estabelece que cabe ao Governo Federal criar, na esfera do Ministério do Meio Ambiente, um fundo específico a ser gerido por fundação pública de direito privado com o objetivo exclusivo de fomentar, de modo permanente e com o apoio de Organizações não Governamentais e instituições multilaterais internacionais (Banco Mundial, Bird, PNUD), a criação de emissora de televisão aberta e/ou por assinatura destinada a produzir e/ou veicular conteúdos informativos tratados exclusivamente sob o prisma da cultura da paz e de uma economia ambientalmente sustentável.

Ass: Juliana Zaina e Sávio de Tarso

RECURSOS HÍDRICOS

Da abundância à escassez

48 O Brasil possui doze regiões hidrográficas¹ definidas pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), nas quais a distribuição e as condições de acesso à água são bastante diferenciadas. Existem regiões com elevado potencial hídrico e água de boa qualidade, até regiões semi-áridas, com chuvas mal distribuídas, além de áreas urbanas com sérios problemas de poluição e inundações.

49 Convivemos com uma cultura de desperdício. Em um século, a população brasileira aumentou três vezes, mas o consumo de água foi multiplicado por seis. Estima-se que quase metade da água coletada pelas estações de tratamento se perca entre o reservatório e a torneira do consumidor, devido a problemas no sistema de abastecimento e a falhas na operação. Soma-se a isso o desperdício provocado pelos usuários no seu consumo doméstico.

50 Outro aspecto relevante é o da qualidade da água dos mananciais, diretamente relacionada às formas de uso e ocupação dos solos, tanto no meio rural quanto no urbano. O crescimento das cidades tem provocado a impermeabilização dos solos, a conseqüente redução da infiltração da água das chuvas e a produção de mais resíduos sólidos (lixo) e esgoto a cada ano. Apenas 20% do esgoto urbano passam por alguma estação de tratamento para a remoção de poluentes antes de chegarem aos cursos d'água. Os rios recebem ainda efluentes das indústrias e podem ser alvo de vazamentos acidentais de produtos químicos e de petróleo, entre outros. Poucas cidades brasileiras têm um sistema de manejo de resíduos sólidos eficiente do ponto de vista ambiental.

51 No meio rural, atividades agropecuárias conduzidas de forma inadequada provocam o acúmulo de agrotóxicos e nutrientes no solo e na água. A redução da cobertura vegetal, as práticas agrícolas impróprias, a movimentação do solo em áreas de grande declividade e a degradação das pastagens têm provocado erosão e assoreamento. A redução na qualidade da água tem efeitos negativos diretos em toda a cadeia de seres vivos da região afetada.

52 A degradação ambiental afeta a sociedade de forma diferenciada, atingindo com maior rigor as populações mais pobres das periferias dos centros urbanos e as comunidades rurais de baixa renda. O desenvolvimento sustentável não se contribuirá sobre essas bases. É preciso mudar paradigmas e fortalecer iniciativas que se baseiam nos princípios estabelecidos nas Metas do Milênio e na Agenda 21. A importância desses assuntos, que não são exclusividade do Brasil, expressa-se em diversos eventos internacionais relacionados aos recursos hídricos.

Gestão dos recursos hídricos no Brasil

53 Os documentos resultantes desses eventos apontam para a importância da participação social na gestão dos recursos hídricos, com o objetivo de tornar o cuidado com a água um assunto de todos. A forma encontrada pelo governo brasileiro para implantar esse modelo de gestão está descrita na Lei nº 9.433, de 1997, que define a bacia hidrográfica como unidade de planejamento e gestão de recursos hídricos. É nesse âmbito que deverão ser implementados os mecanismos institucionais de gestão descentralizada e participativa, na figura dos comitês de bacia hidrográfica.

54 Esses comitês são formados por usuários de água, pela sociedade civil organizada e por representantes de governos municipais, estaduais e federal. Juntamente com os conselhos nacional e estaduais de recursos hídricos, o Ministério do Meio Ambiente/Secretaria de Recursos Hídricos e a Agência Nacional de Águas (ANA), os comitês de bacia compõem o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH). Uma das características inovadoras desse sistema foi a criação de uma agência independente para implementá-lo, outorgando e fiscalizando o uso da água.

55 Esse modelo de gerenciamento visa coordenar a gestão integrada das águas, implementar a Política Nacional de Recursos Hídricos, além de planejar e controlar o uso e a instituição do conceito do poluidor-pagador por intermédio da cobrança pelo uso da água. A articulação do SINGREH com o Sisnama é também um dos fatores para o sucesso na gestão dos recursos hídricos.

56 Fundamentos e políticas – Um dos fundamentos que regem o SINGREH refere-se ao uso múltiplo das águas e ao reconhecimento do seu valor econômico como forma de induzir ao uso racional dos recursos hídricos. Outros valores, como o ambiental e o social, também devem ser considerados pelo sistema. A Lei nº 9.433 estabelece instrumentos para facilitar a política nesse setor:

- **57** Planos de recursos hídricos, seja o Plano Nacional de Recursos Hídricos, os Planos Estaduais de Recursos Hídricos ou os Planos de Bacia Hidrográfica;

- **58** sistema de outorga (autorização) é o instrumento pelo qual o Poder Público permite ao interessado o direito de utilizar as águas de seu domínio, por tempo determinado, em condições preestabelecidas. Tem como objetivos assegurar o controle quantitativo e qualitativo dos usos da água superficial ou subterrânea, e o efetivo exercício dos direitos de acesso à água.
- **59** enquadramento dos corpos d'água em classes, segundo usos preponderantes;
- **60** Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos, e
- **61** cobrança pelo uso da água como mecanismo disciplinador e educativo.

62 Plano Nacional de Recursos Hídricos – Trata-se de um plano estratégico de longo prazo, pactuado entre o Poder Público, os usuários e as comunidades, que visa a fundamentar e orientar a implementação da Política de Recursos Hídricos, propondo diretrizes e grandes metas. O Plano Nacional trata de grandes diretrizes para a gestão dos recursos hídricos no Brasil, no sentido de orientar os estados e os comitês de Bacia em seus respectivos planejamentos.

63 Alguns macro-indicadores podem ser usados para se verificar os avanços em direção à sustentabilidade em cada região: a melhoria da qualidade da água, o aumento da oferta de água bruta (ou seja, sem tratamento) e o aumento do acesso à água pelos diversos usuários de acordo com a disponibilidade e a necessidade.

64 Informação e educação - **A participação efetiva da comunidade no gerenciamento dos recursos hídricos depende de conhecimento sobre as águas de sua região, além dos aspectos legais que envolvem direitos e deveres de cidadãos e empresas. Essas informações precisam ser disponibilizadas. É necessário também estabelecer processos de educação continuada de forma a capacitar os atores sociais para a gestão compartilhada das águas, utilizando todos os tipos de tecnologia da informação disponíveis, inclusive meios eletrônicos, de forma integrada e transversal, para aumentar o acesso a informações e serviços relacionados à água.**

Em direção à sustentabilidade

- **65** Fortalecimento dos órgãos e instituições locais e regionais, como também da participação da sociedade civil na busca de alternativas para o uso racional, a despoluição e a ampliação da oferta de água de boa qualidade.
- **66 Promover a participação das organizações civis nos comitês gestores de bacias hidrográficas e garantir a participação de entidades ambientalistas.**
- **67 Criar mecanismos para a disponibilização de recursos que facilitem e viabilizem a participação das organizações civis nos comitês gestores de bacias hidrográficas. Promover a viabilização financeira de participação preferencialmente para as entidades ambientalistas de interesses difusos.**
- **68 Incentivar a criação de fóruns das organizações civis nos órgãos gestores de bacia, buscando melhorar a eficiência da participação desse segmento na gestão nas bacias hidrográficas. E discutir os critérios de representatividade das organizações civis. (Evitando a dupla-representação de entes do governo nesse segmento);**
- **69** Apoio à estruturação dos sistemas estaduais de gerenciamento de recursos hídricos e fortalecimento dos comitês de bacias como instâncias de negociação e gestão coletiva dos recursos hídricos.
- **70** Integração das políticas nacionais de meio ambiente e recursos hídricos.
- **71** Articulação com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação na proteção de nascentes e áreas de recarga das bacias.
- **72** Fortalecimento e integração dos órgãos estaduais e municipais de meio ambiente e de recursos hídricos, para atuação conjunta com o governo federal na gestão destes.

- **73** Estruturação de mecanismos que promovam a conservação dos recursos hídricos e que estimulem maior eficiência do uso da água na produção (irrigação, saneamento e indústria), reduzindo as perdas por meio de tecnologias adequadas, incentivos e instrumentos econômicos.
- **74** Promoção da gestão das águas subterrâneas, contribuindo para a sustentabilidade, o uso racional e o aumento da disponibilidade hídrica, em ações coordenadas **com os comitês gestores da bacia e outras instituições afins; Valorização da água como um bem público, social e ambiental e um direito da humanidade. A água não deve ser objeto de privatizações, exploração para fins privados e/ou comerciais ou industriais no que concerne à sua concessão de uso. O Gerenciamento deve ser em conjunto com a sociedade e contar com a efetiva participação das Ongs nos comitês gestores.**
- **75** Valorização de empresas com responsabilidade social e ambiental no uso dos recursos hídricos.
- **76** Implementação da cobrança pelo uso da água nas diversas bacias hidrográficas do País e aplicação dos recursos oriundos na bacia de origem e de acordo com as prioridades estabelecidas pelos respectivos comitês. **Os recursos gerados pela cobrança necessariamente retornam para a bacia hidrográfica de origem, com aplicação integral.**
- **77 Criar Mecanismos de facilitação do tramite e retorno dos recursos de investimentos para bacia.**
- **78 Maior transparência e visibilidade sobre a destinação de recursos nos comitês, com a disponibilização para todos os atores, das propostas de convênios, contratos, programas de investimentos de recursos nos comitês;**
- **79 Respeitar a autonomia deliberativa nos comitês**
- **80 Incentivar a visão de integração da bacia nos comitês, promovendo, de fato, uma gestão conjunta.**
- **81** Incentivo a projetos de revitalização de bacia, que incluam a implementação de sistemas de tratamento de efluentes e manejo dos resíduos sólidos.
- **82** Sensibilização da sociedade, por meio de ações da Educação Ambiental, para evitar o desperdício da água.
- **83 Estimular programas de conscientização ao produtor rural, Ongs e outros atores sobre a Produção de Água, principalmente em áreas de mananciais.**
- **84** Fomento a projetos de difusão e de pesquisa científica e tecnológica para o uso sustentável e a conservação dos recursos hídricos. **Buscando integrar uma rede de instituições de pesquisa para atuação em conjunto na bacia.**
- **85** Promoção de estudos, em parceria com o Ministério das Relações Exteriores, para o gerenciamento de recursos hídricos transfronteiriços.
- **86** Implantação do Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos e de um cadastro nacional de usuários desses recursos.
- **87** Implantação de sistemas de **monitoramento e** alerta da qualidade da água e de previsão de cheias, permitindo ao governo e à sociedade prevenir acidentes.
- **88** Viabilização de acesso igualitário à informação sobre o uso da água para os diferentes atores envolvidos na gestão desse recurso.
- **89** Previsão de metas de qualidade para o futuro dos mananciais.
- **90** Elaboração e implementação de plano de ação nacional para o combate à desertificação.
- **91** Estímulo a projetos e metodologias que valorizem formas sustentáveis de convivência com o semi-árido.
- **92** Estimular e apoiar a realização dos planos de bacias.

- **93 Não privatizar as águas no Brasil.**
- **94 Criar instrumentos para que os comitês promovam o desenvolvimento sustentado, através de fóruns de discussão e debates com a sociedade ;**
- **95 Os comitês de bacia devem ser auditados e fiscalizados pela sociedade civil e o Ministério Público;**

Ass: **Juliana Zaina**

BIODIVERSIDADE E ESPAÇOS TERRITORIAIS PROTEGIDOS

Valor estratégico da biodiversidade

85 O Brasil possui entre 15% e 20% da biodiversidade mundial e o maior número de espécies endêmicas do globo. Grande parte dessa riqueza biológica é ainda desconhecida ou pouco utilizada. Abriga também uma variedade cultural constituída por povos indígenas e inúmeras comunidades tradicionais, como quilombolas, seringueiros, ribeirinhos, detentoras de conhecimentos sobre o uso da biodiversidade.

86 A conservação desse patrimônio requer a adoção de práticas de uso sustentável dos recursos naturais. Pressupõe também a preservação do conhecimento das comunidades indígenas e tradicionais, que devem ser beneficiadas de forma justa e equitativa pelos recursos provenientes do acesso a esse saber.

87 A diversidade biológica desempenha importante papel na economia do país. A manutenção dos recursos genéticos para o desenvolvimento de produtos industriais, como fitoterápicos, fármacos e alimentos, de variedades agrícolas e para o controle de pestes e doenças estão entre os serviços prestados pela biodiversidade. Pode-se citar ainda a estabilização do clima, a purificação do ar e da água, a manutenção da fertilidade do solo e do ciclo de nutrientes, assim como os benefícios culturais e estéticos.

88 No meio rural, a agrobiodiversidade, composta por espécies e variedades de plantas utilizadas no dia-a-dia de pequenos agricultores, comunidades tradicionais e indígenas e que ainda não foram incorporadas pela lógica de mercado, constitui um patrimônio com muitas características de alta relevância para a nação. Destaca-se como instrumento de segurança alimentar, de conservação da diversidade genética e da riqueza de espécies, configurando-se como um reservatório de genes que deve ser preservado para o futuro.

89 Diante desse valor estratégico, a diversidade biológica brasileira deve ser considerada base para a sobrevivência de nosso povo e vantagem do país em relação a outras nações. A valorização, a preservação, a conservação, o manejo e o uso múltiplo da biodiversidade, assim como a troca de experiências entre comunidades são, portanto, desafios a serem assumidos como prioritários por toda a sociedade.

Ameaças à biodiversidade

90 A história econômica do Brasil mostra que a produção de riqueza sempre esteve associada ao uso extensivo dos recursos naturais, situação insustentável ecológica e economicamente. A expansão agrícola desenfreada vem deixando para trás terras degradadas e miséria social na maioria das vezes. Todos os biomas brasileiros dão mostras de exploração desenfreada, com perdas significativas da biodiversidade.

91 A urbanização descontrolada, os desmatamentos, o uso de tecnologias impróprias na produção florestal, industrial e agropecuária, além das obras de infra-estrutura implantadas sem os devidos cuidados, estão entre as principais formas de destruição da diversidade biológica. A falta de recursos para pesquisa, estímulo a práticas sustentáveis e atividades de conservação também representam ameaças. Acrescenta-se a isso a introdução de espécies exóticas da flora e da fauna.

Para que tais danos sejam controlados é urgente que o Estado (União, estados e municípios) ASSUMA COM EFICÁCIA seu papel de guardião do patrimônio ambiental nacional. Que aja com rigor na fiscalização, aparelhando os órgãos gestores da política ambiental com pessoal qualificado e equipamentos necessários ao cumprimento dessa tarefa e EXIGINDO DOS ÓRGÃOS LICENCIADORES O MÁXIMO RIGOR em relação ao controle às agressões ambientais e à aplicação das sanções legais aos seus agentes.

Para complementar a política de proteção ao patrimônio ambiental é INDISPENSÁVEL E URGENTE que esta ação fiscalizadora tenha CARÁTER PREVENTIVO para, definitivamente, pôr-se fim à

POLÍTICA DO FATO CONSUMADO. Esta ação preventiva deve se dar através de fiscalização rotineira e mecanismos para investigar denúncias com presteza e cobrar responsabilidades a todos os órgãos que têm o poder/dever de agir preventivamente, a fim de evitar danos – e não o fazem com eficiência.

Para aplicar essa nova ênfase à política preservacionista é preciso, ainda, que os diversos órgãos licenciadores/fiscalizadores atuem de forma coordenada, o que não ocorre hoje.

Também é preciso **RECONHECER** que muitas vezes o próprio Estado é o **AGENTE PREDADOR OBJETIVO** do patrimônio ambiental, através de obras próprias de graves impactos, que são licenciadas, mas não fiscalizadas. E acabam executadas em desconformidade com as licenças emitidas. Em São Paulo há graves exemplos desta prática, como o trecho Oeste do Rodoanel, no qual não se cumpriu até agora nenhuma das medidas mitigadoras/compensatórias previstas no EIA-RIMA, e o aterramento da Lagoa de Carapicuíba, na qual não se está obedecendo a licença que autorizou ali **APENAS** a deposição de material inerte. A DERSA e o DAEE, representando o governo estadual, são as responsáveis pelas duas intervenções, respectivamente.

A prática usual de descumprimento das licenças ambientais, quer por particulares, quer pelo Estado, além de gerar degradação ambiental e suas decorrências - (alterações climáticas, poluição, perda e contaminação de recursos hídricos, enchentes, redução de qualidade de vida) -, também alimenta interesses econômicos especulativos altamente agressores ao meio ambiente. Além de predadores, os grupos que representam estes interesses são descomprometidos socialmente, uma vez que o patrimônio ambiental é um bem coletivo que deve ser respeitado por todos.

Dado que o conjunto de agressões ao meio ambiente representa, muitas vezes, prejuízos irreversíveis, como supressão de biodiversidade ainda nem sequer totalmente estudada; o risco de extinção de espécies endêmicas de flora e fauna; a destruição acelerada de recursos hídricos e, muitas vezes, até a dizimação de comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas, pescadores) e que estas intervenções lesam frontalmente o **ARTIGO nº 225 da Constituição Federal, que assegura a todos os cidadãos deste país “ o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado”, FAZ-SE INDISPENSÁVEL E URGENTE QUE O MINISTÉRIO PÚBLICO TAMBÉM ATUE COM PRESTEZA E EFICÁCIA** em face das denúncias que recebe, de modo a fazer interromper agressões ainda em curso e a determinar de forma imediata a aplicação das sanções legais aos infratores. As investigações muitas vezes morosas, que são rotina, acabam por facilitar que os danos se consumam e, muitas vezes, tornem-se irreversíveis.

92 O potencial de espécies exóticas em modificar sistemas naturais é tão grande que as plantas invasoras são atualmente consideradas a segunda maior ameaça mundial à biodiversidade, perdendo apenas para a destruição de habitats pela exploração humana direta. Torna-se imperativa uma ação coordenada no país que possibilite o controle dessas espécies, bem como a redução de seus efeitos.

93 Outro fator que pode constituir ameaça à fauna e à flora nativas refere-se aos organismos geneticamente modificados (OGM). É preciso estabelecer diretrizes de biosegurança, com o desenvolvimento de instrumentos para análise de risco. Nessa questão, assim como em todos os produtos especialmente nocivos à saúde e ao meio ambiente, o Brasil tem adotado o princípio da precaução, ou seja, na falta de certeza científica quanto à existência de riscos para o meio ambiente aconselham-se medidas preventivas, como a não autorização do plantio em cumprimento da legislação em vigor.

94 O Brasil também precisa aperfeiçoar os seus mecanismos de combate à biopirataria, o que inclui rever a legislação, articular ações dos órgãos governamentais, com participação da sociedade, nas áreas de fiscalização, Educação Ambiental, sistemas de informação e relações internacionais. Além disso, é fundamental aprofundar as ações de fomento e estímulo ao uso e ao desenvolvimento tecnológico dos nossos recursos genéticos.

95 Contexto internacional - A Convenção da Diversidade Biológica (CDB), um dos mais importantes resultados da Eco-92, consagrou os recursos genéticos como patrimônio de cada nação, quando muitos países industrializados defendiam a tese de que esses fossem tratados como patrimônio comum da humanidade. Prevê ainda que os benefícios resultantes do uso desses recursos e do saber das comunidades locais sejam repartidos de maneira justa e equitativa.

96 O Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança, de janeiro de 2000, cria uma instância internacional para discutir procedimentos sobre movimentação e manuseio de organismos vivos modificados por biotecnologias modernas. A adesão do Brasil já foi aprovada pelo Governo Federal, sendo o protocolo enviado para análise e aprovação do Congresso Nacional.

Estratégias de conservação

97 Uma das estratégias para a conservação da biodiversidade é a criação de áreas protegidas. Estamos longe de atingir, no âmbito federal, o mínimo de 10% de unidades de proteção integral por bioma recomendado mundialmente. Cerca de 2,61% do território nacional constituem unidades de proteção integral – como Parques Nacionais e Reservas Biológicas – e 5,52%, unidades de uso sustentável – como Florestas Nacionais e Reservas Extrativistas.

98 Diferentemente do que muitos acreditam, as unidades de conservação não representam obstáculos ao desenvolvimento. Prestam serviços ambientais a toda a sociedade. Podem garantir renda às comunidades que vivem no local ou no entorno, por meio do uso sustentável dos recursos naturais, ecoturismo, além favorecer a pesquisa científica.

99 O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), instituído em 2000 pela Lei nº 9.985, uniformizou os critérios para criação e gestão das unidades de conservação. Integrou sob um mesmo marco legal as unidades dos governos federal, estadual e municipal. Entretanto, ainda não foi totalmente regulamentado nem dispõe da infra-estrutura e dos recursos humanos necessários à sua efetivação. Outro desafio para o fortalecimento do SNUC é a garantia da participação popular, permitindo à sociedade agir como co-autora e criando o sentimento de co-responsabilidade pela conservação.

100 A Lei nº 9.985 dá também os primeiros passos para a institucionalização dos corredores ecológicos e mosaicos, buscando reduzir a fragmentação dos biomas por meio de uma rede de diferentes tipos de áreas protegidas. Dessa forma, unidades de conservação são gerenciadas de forma integrada com terras indígenas e áreas particulares de empresas e proprietários. Esse modelo permite otimizar recursos financeiros, administrativos e ambientais.

101 A Política Nacional da Biodiversidade (PNB), instituída em 2002 pelo Decreto nº 4.339, é o instrumento legal que traz os princípios e as diretrizes para a proteção da diversidade biológica brasileira. Resultado de processo de consulta, a PNB abrange sete componentes: conhecimento, conservação, uso sustentável, monitoramento, acesso a recursos genéticos, proteção de conhecimentos tradicionais e educação.

Mas não basta criar-se unidades protegidas. É NECESSÁRIO E URGENTE definir-se uma política RIGOROSA para a sua gestão, de modo a coibir com eficiência o saque aos recursos naturais de valor econômico existentes em seu interior, como a ação de palmiteiros, cultivadores de banana, madeiros – vilões tão fartamente conhecidos na luta pela preservação ambiental.

Uma ATENÇÃO ESPECIAL também deve ser dada ao capítulo do Ecoturismo. Esta atividade tem a obrigação de se desenvolver dentro de rigoroso programa de Educação Ambiental e em respeito às comunidades tradicionais locais, às quais o governo tem a obrigação de garantir o direito à subsistência através do território e de seus produtos, bem como da inserção destas populações nos programas turísticos, o que pode se dar com sua incorporação às tarefas de guias, por exemplo.

MAS NÃO É O QUE TEM OCORRIDO. Em muitos casos, o Ecoturismo tem sido explorado de forma desorientada, por pessoas e grupos econômicos sem laços com as comunidades locais e sem respeito ao patrimônio ambiental e ao saber tradicional. Por falta de uma política clara para essa atividade; pela ausência de fiscalização ao que tem sido feito; por se constituir de ações desvinculadas de programas de Educação Ambiental, em muitos casos o Ecoturismo tem se tornado atividade predatória de recursos naturais; fonte de lucros para grupos econômicos e fator de desagregação das comunidades locais e tradicionais, devido à incidência de problemas com drogas e prostituição, que derivam dela.

Estes problemas podem ser resolvidos com a elaboração de Planos Diretores do Turismo na Natureza; a criação de diretrizes e normas para a atuação das empresas de Ecoturismo, com a instituição de ação fiscalizadora do Estado, sobre suas atividades de campo; e com a promoção de programas de Educação Ambiental específicos para cada segmento onde se desenvolvam os referidos projetos ecoturísticos.

Estes programas devem envolver obrigatoriamente os agentes exploradores do serviço e as comunidades locais. E sempre que possível, os próprios turistas.

Educação e qualidade de vida

102 A Educação Ambiental desempenha importante papel na conservação da biodiversidade. Por meio de ações educativas, as comunidades locais podem descobrir que o uso sustentável dos recursos, assim como a existência de unidades de conservação nas proximidades, representam chance de melhoria da qualidade de vida, fonte de subsistência e de renda. Pode lhes indicar também maneiras de planejar suas próprias estratégias de sobrevivência e os canais o acesso a informações relevantes. A capacitação de atores sociais ligados a entidades, conselhos e órgãos governamentais dos sistemas de manejo da biodiversidade brasileira deve ser propiciada por ações educativas continuadas.

103 Indicadores de sustentabilidade: percentual de áreas florestadas ou cobertas por vegetação nativa; a intensidade do desflorestamento; áreas afetadas por processos de desertificação; área protegida como porcentagem de área total; área de ecossistemas chaves selecionados; lista de espécies extintas ou ameaçadas; abundância de espécies indicadoras selecionadas, entre outros.

Em direção à sustentabilidade

104 Um dos principais desafios da atualidade e para o futuro do Brasil consiste em induzir o desenvolvimento regional e a diversificação da matriz produtiva de forma a gerar emprego e renda e a incorporar modelos ecológicos de exploração da natureza. Algumas recomendações para isso:

- **105** Ampliação dos esforços de conservação da biodiversidade e gestão integrada em todos os biomas, aumentando a escala de atuação de forma a incluir terras indígenas.
- **106** Formação de arenas institucionais para a resolução de conflitos socioambientais relacionados ao uso e acesso à biodiversidade.
- **107** Articulação com instâncias do Sisnama para viabilizar o uso sustentável da biodiversidade. **Definição de parâmetros e diretrizes claros para a política de Educação Ambiental, de modo a torná-la participativa para todos os atores envolvidos em cada programa; crítica e interdisciplinar.**
- **108** Articulações entre SNUC e SINGREH para a proteção de nascentes e cabeceiras de rios situadas no interior das unidades de conservação.
- **109** Inclusão da variável da sustentabilidade na formulação e implementação das políticas setoriais que têm impactos sobre a biodiversidade.
- **110** Fortalecimento dos órgãos municipais e estaduais de meio ambiente para a gestão das unidades de conservação e o manejo da biodiversidade, garantindo a participação popular. **Contratação de equipes de profissionais capacitados, com formação na área ambiental, e embasamento técnico-científico, para estas tarefas.**
- **111** Envolvimento de novos atores na elaboração e implementação de uma política de proteção ao patrimônio genético.
- **112** **Elaboração participativa do zoneamento ecológico-econômico, definindo áreas estratégicas para conservação da biodiversidade.**
- **113** **Incentivo ao ecoturismo, com a conservação das áreas de interesse ecológico e/ou cultural e a sustentação econômica das populações nas unidades de conservação e no eu entorno.**
- **114** Ampliação das unidades de conservação de uso sustentável, com apoio à produção, ao escoamento e à comercialização de produtos florestais não-madeireiros.
- **115** Apoio a programas de inventário científico da biodiversidade, para subsidiar as ações de conservação, licenciamento e valoração dos produtos.
- **116** Ênfase à geração e difusão de tecnologias de produção adequadas.

- **117** Implementação de políticas para o uso e a conservação da agrobiodiversidade como estratégia para a segurança alimentar e a geração de renda no campo.
- **118** Definição de estratégia específica para o apoio à gestão ambiental e produção sustentável em terras indígenas.
- **119** Estabelecimento de mecanismos de repartição justa dos benefícios advindos do uso dos recursos genéticos e do conhecimento tradicional associado.
- **120** Apoio aos estados e aos municípios na constituição e implementação das UCs, na diretriz de implementação do SNUC em todas esferas do Poder Executivo.
- **121** Desenvolvimento de políticas de fiscalização e de combate ao crimes contra a biodiversidade que integrem os órgãos ambientais do Sisnama e a sociedade civil organizada.
- **122** Desenvolvimento de programas de implementação das UCs

OUTRAS PROPOSTAS DO GRUPO

- **Que o governo promova a integração de equipes técnicas dos segmentos RECURSOS HÍDRICOS e RECURSOS FLORESTAIS, a níveis federal, estadual e municipal, a fim de garantir eficiência aos programas e projetos destas duas áreas, dada sua relação intrínseca.**
 - **A falta desta integração muitas vezes gera ações desencontradas, que prejudicam o trabalho.**
- * **Capacitação de técnicos das áreas de RECURSOS HÍDRICOS e de RECURSOS FLORESTAIS, para ações integradas em programas de Proteção às bacias hidrográficas.**
- * **Especial proteção aos ecossistemas frágeis, em particular às montanhas e áreas produtoras de água.**
- **Propor ao Ministério da Educação que inclua a Educação Ambiental como disciplina regular nas redes oficiais de ensino, para fomentar os princípios de preservação ambiental em todos os indivíduos, desde a infância.**
- **Propor que o Ministério do Meio Ambiente recomende aos estados e prefeituras a utilização de espécies nativas em programas de arborização e construção de praças e parques, a fim de minimizar-se os efeitos da devastação ambiental.**
- **Que os valores obtidos com multas por danos ambientais sejam investidos pelos órgãos gestores da política ambiental, na própria região onde o dano foi praticado E OBRIGATORIAMENTE em ações de compensação desse dano.**
- **Que o Governo Federal reveja o orçamento do Ministério do Meio Ambiente, incipiente face a suas atribuições.**

Ass: Rosa Eleuterio e Meire Pizelli

AGRICULTURA, PECUÁRIA, RECURSOS PEQUENOS E FLORESTAIS

Panorama Setorial

123 Agropecuária - O mesmo país que faz da exportação de alimentos a força motriz do seu desenvolvimento precisa de um programa para combater a fome. O modelo agrícola que privilegia a exportação provoca erosão dos solos, desperdício de água, perda dos recursos da biodiversidade, contaminação por agrotóxicos dos solos, dos rios, dos animais e dos seres humanos.

124 Altos índices de desmatamento e conversão de paisagens em ambientes uniformizados para a produção agrícola extensiva têm-se intensificado nos últimos anos. Na pecuária, ocorre um avanço das pastagens sobre os ambientes naturais. As técnicas e tecnologias empregadas nessas atividades resultam em degradação e em estímulo à ocupação de novas áreas. Há necessidade de desenvolver uma política de crédito que fortaleça a produção sustentável.

125 Recursos pesqueiros - Cerca de 80% dos recursos pesqueiros costeiro-marítimo encontram-se sobreexplorados ou próximos de tais níveis. O excesso de esforço de pesca tem sido apontado como a causa mais visível de tal situação. Nos ambientes aquáticos continentais, observações e relatos de grupos de pescadores revelam considerável perda da produtividade pesqueira. Isso se deve ao barramento dos principais rios para usos múltiplos, ao desmatamento das margens e cabeceiras, ao assoreamento de lagos e lagoas e à poluição, tanto química quanto orgânica.

126 Na raiz de tais problemas encontra-se um sistema de gestão do acesso e uso dos recursos pesqueiros que desconsidera saberes, conhecimentos, projetos de vida e objetivos dos diversos grupos sociais pesqueiros. As normas de acesso e uso desses recursos são geradas com pouca participação dos usuários. Isso faz com que estes se sintam pouco comprometidos com os níveis de sustentabilidade dos recursos. Contudo, nos últimos anos houve um avanço político no trato desse tema com a criação da Secretaria Nacional da Pesca, o que possibilitará maior integração entre o Governo Federal e a comunidade de pescadores na construção de políticas públicas.

127 Recursos florestais – No Brasil, há cerca de cerca de 550 milhões de hectares de florestas, em sua maioria nativas, o que representa 64,3% do nosso território. Essa é a base sobre a qual se extraem recursos para finalidades diversas, como a produção de papel e celulose, móveis, lenha e carvão vegetal para consumo doméstico. O setor madeireiro é responsável por 4% do Produto Interno Bruto brasileiro e emprega milhões de pessoas. Existe, porém, uma precariedade em toda a rede de produtos e serviços florestais, quer seja na pesquisa, na utilização e no destino final desses recursos.

O modelo e as políticas

128 O modelo de produção em curso nem beneficia da mesma forma a pequenos e a grandes produtores nem contribui para a segurança alimentar. Os programas destinados a facilitar o acesso a terra, habitação, água potável e eletricidade são baseados no assistencialismo ou na compensação por perdas. A terra destinada à agricultura familiar é insuficiente, de má qualidade e situada em áreas marginais para a produção.

129 Por causa do constante fluxo migratório, os assentamentos são compostos por agricultores de outras regiões que trazem na bagagem sistemas produtivos inadequados. Reproduzem o modelo dominante quando retiram a vegetação nativa, geralmente com uso do fogo, e a substituem por cultivos anuais e pela pecuária. A baixa sustentabilidade dessas ações faz com que avancem sobre as áreas de proteção permanente, como matas ciliares e de reserva legal.

130 As políticas para os diferentes setores produtivos afetam negativamente populações indígenas e extrativistas, inclusive as comunidades de pesca artesanal. Estas sofrem permanentemente com a degradação ambiental, pois dependem diretamente da natureza para sobreviver. Permanecem à margem das políticas de crédito e dispõem de poucas opções para se inserirem nos processos de desenvolvimento do país.

131 O crédito rural mostra-se pouco adequado e de difícil acesso, especialmente para mulheres e jovens. A rede de assistência técnica e extensão atende apenas em parte às necessidades de produtores rurais e empreendedores. Está mal aparelhada e não possui uma estratégia unificada de desenvolvimento rural. Concentra-se na agropecuária e deixa de lado outras atividades rentáveis, muitas delas não agrícolas.

Desafios

132 A estruturação e a capacitação dos órgãos ambientais do Sisnama em todas as esferas do Estado para a gestão ambiental incluem a incorporação do conceito de sustentabilidade nas políticas públicas, como parte de sua estratégia na relação com os setores econômicos que compõem as grandes cadeias da produção. Para isso, deve-se levar em conta que as soluções sustentáveis são específicas para cada ecossistema. Exigem, ainda, conhecimentos agroecológicos, os quais demandam mais tempo para serem multiplicados do que os pacotes tecnológicos.

133 O planejamento rural sustentável deve ser feito em conjunto com as cidades, enfocando o apoio à economia local, já que os meios rural e urbano estabelecem relações de interdependência. São fundamentais a geração e a difusão de tecnologias adequadas às diversas regiões, aprofundando-se o compromisso com os setores mais pobres da população.

134 A reforma agrária deve ser suficientemente ampla para promover a desconcentração fundiária. Além de investir em assistência técnica e em capacitação para as famílias assentadas, precisa estar integrada às estratégias de desenvolvimento local segundo a vocação de cada bioma. É importante combinar assentamentos agrícolas com reservas e assentamentos extrativistas. O respeito à legislação ambiental inclui o licenciamento, a demarcação da reserva legal de uso comum aos assentados e a manutenção das áreas de preservação permanente.

135 Recursos pesqueiros – O desafio para o país é a construção de um sistema de gestão dos recursos pesqueiros que tenha a sustentabilidade como elemento central. Esse sistema deve garantir o compartilhamento de poder e responsabilidade entre Estado e usuários, além do diálogo entre os saberes científico e tradicional. Dessa forma, haverá condições para o aumento da produção nacional de pescados e de emprego e de renda no setor, contribuindo para a inclusão social e a justiça ambiental.

136 Recursos florestais – A realidade brasileira demanda um sistema de gestão dos recursos florestais, com ênfase na promoção do manejo, incluindo o uso múltiplo das florestas. É preciso uma abordagem específica para programas de gestão ambiental e produção sustentável em terras Indígenas e em comunidades tradicionais. Deve-se promover o consumo de produtos agroflorestais de áreas naturais e plantadas nos mercados nacionais e locais. Dos programas de merenda escolar às iniciativas de comércio justo internacional, é possível descobrir nichos de mercado para essa produção.

Um novo meio rural

137 Quase um terço da população brasileira, ou seja, 52 milhões de pessoas, vivem nos 4.500 municípios do Brasil rural e outros 22 milhões em 570 municípios considerados ‘rururbanos’, ou seja, cujas atividades econômicas mesclam características urbanas e rurais. Em 1.109 municípios rurais houve crescimento populacional superior às médias estaduais e nacionais durante a década de 1990, o que revela uma tendência de descoberta de novos nichos de mercado, trabalho e renda nesses municípios.

138 A agricultura orgânica ou ecológica, a agrossilvicultura e a agroecologia vêm apresentando forte crescimento, tanto na produção como na abertura de novos espaços de mercado. O cooperativismo e o associativismo também constituem instrumentos importantes para o desenvolvimento da agricultura familiar e ecológica, bem como do desenvolvimento rural. O programa Fome Zero poderá contribuir para a ampliação de mercado para a agricultura sustentável. A exportação para mercados que exijam ou valorizem produtos com características socioambientais positivas também constitui importante oportunidade para a agropecuária, a pesca, a aqüicultura e o setor de produtos florestais.

139 As famílias rurais, aos poucos, estão diversificando suas atividades econômicas. Essa modernização da agricultura familiar tem como características maiores oportunidades de geração de empregos não somente pelas possibilidades de industrialização difusa, como por uma infinidade de serviços técnicos, sociais e pessoais.

140 É evidente que a expansão desse tipo de desenvolvimento trará demandas ao Sisnama: instrumentos e metodologias de gestão ambiental rural, capacitação de técnicos e lideranças locais para o planejamento participativo, financiamento da infra-estrutura ambiental, acompanhamento e a avaliação permanente das ações a serem implementadas localmente.

141 Indicadores de sustentabilidade - cobertura do solo, erosão, ocorrência de vegetação nativa na propriedade e em áreas de reserva permanente (encostas e margens de rios, açudes, lagoas e outros), utilização de agrotóxicos e manejo de resíduos podem revelar avanços em direção à sustentabilidade agrícola.

Em direção à sustentabilidade

- 142 Promoção do desenvolvimento rural integrado, por meio do controle social, da gestão participativa, do ordenamento territorial, de mudanças qualitativas de uso do solo e da prestação de serviços ambientais.
- 143 Aumento da escala e da densidade tecnológica de experiências pioneiras bem-sucedidas de produção sustentável.
- 144 Estabelecimento de uma Agenda Ambiental entre o MMA e o Ministério do Desenvolvimento Agrário, **Secretaria Especial da Pesca e Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**, incluindo a vertente ambiental no planejamento das ações.
- 145 Garantia de acesso à informação sobre iniciativas exemplares de gestão dos recursos pesqueiros, florestais e agropecuários com potencial para se tornarem políticas públicas em âmbitos municipal e estadual.
- 146 **Que o governo federal desburocratize ao acesso ao crédito rural, divulgue amplamente sua existência e os procedimentos para acessá-lo, bem como estimule o agente financiador a efetivá-lo, de forma que os produtores rurais possam adotar técnicas de cultivo mínimo, conservação da fertilidade do solo, tecnologias sustentáveis de cultivo e colheita, reflorestamento para produção de madeira e produtos não madeireiros e recomposição da reserva legal e área de preservação permanente**
- 147 Monitoramento e controle da reposição florestal obrigatória e estudo para descentralizar a arrecadação da Taxa de Reposição Florestal.
- 148 Fomento a projetos de combate à desertificação.
 - 149 Estímulo ao extrativismo **sustentável** e à agricultura familiar como forma de viabilizar a diversificação produtiva, com especial atenção às populações tradicionais, extrativistas, quilombolas e indígenas.
- 150 Uso de instrumentos econômicos como indutores de transformações em setores em que predominam atividades de alto impacto ambiental, tais como a extração de madeira e a pecuária extensiva.
- 151 **Os créditos destinados a projetos de reforma agrária devem possibilitar e estimular o financiamento de atividade florestal sustentável, inclusive para produtos não madeireiros**
- 152 Estabelecimento de critérios socioambientais para tributação.
- 153 Redefinição do conceito de terra produtiva, incluindo as áreas com cobertura vegetal nativa preservada.
- 154 **Estimular a rotulagem de produtos originados da produção sustentável, fomentando ações que permitam a redução dos custos e aumento da confiabilidade da certificação.**
- 155 Articulação das instâncias do Sisnama com outras iniciativas voltadas para o desenvolvimento sustentável no meio rural para a difusão de práticas sustentáveis na agricultura, pesca, atividades pesqueiras e florestais.
- 156 Estímulo a ações educativas e de promoção do manejo florestal sustentável por meio, **dentre outros**, da utilização de parte dos recursos advindos de multas pagas por empresas devido a práticas irregulares de exploração florestal.
- 157 Monitoramento e fiscalização de queimadas e prevenção de incêndios florestais.
- 158 **Elaboração e implementação de um “plano nacional de recuperação de reservas legais e áreas de preservação permanente degradadas” que tivesse como objetivos: a) estimular pesquisas científicas que visassem desenvolver técnicas mais eficientes e baratas de recuperação da vegetação nativa; b) facilitar o crédito para que pequenos produtores pudessem recuperar suas áreas; c) dividir atribuições dentre os entes federativos (União, Estados e Municípios) para a fiscalização, monitoramento e assistência técnica aos proprietários na recuperação.**
- 159 **Criar estruturas nos órgãos estaduais de meio ambiente destinadas especificamente a**

monitorar a manutenção de RL e APP e cobrar, administrativa ou judicialmente, a recuperação das mesmas, prioritariamente no domínio da Mata Atlântica e no chamado “arco do desmatamento” da Amazônia.

- 160 Promoção do manejo sustentável e do uso múltiplo de florestas nativas e a expansão sustentável da base florestal plantada, assegurando aos estados e municípios suporte técnico para o planejamento e a gestão.
- 161 Articulação das políticas ambientais com os setores da agropecuária e da pesca para trazer mais sustentabilidade aos recursos naturais.
- 162 Estabelecimento de parcerias com organizações da sociedade civil para atividades de reflorestamento.
- 163 Implementação de fóruns de negociação de objetivos e projetos no âmbito do sistema de gestão dos recursos pesqueiros.
- 164 Aperfeiçoamento e ampliação das estruturas conceituais e físicas de coleta e difusão de informações biológico-pesqueiras, bioecológicas e socioambientais.
- 165 Implementação de planos de gestão dos recursos pesqueiros por bacia hidrográfica ou ecossistema.
- 166 Aperfeiçoamento do sistema de licenciamento pesqueiro.
- 167 Desenvolvimento e implementação de instrumentos econômicos específicos e apropriados para a gestão de recursos pesqueiros.
- 168 Aperfeiçoamento e ampliação do sistema de fiscalização do acesso e do uso dos recursos pesqueiros.

Ass: Raul Silva Telles do Valle

INFRA-ESTRUTURA: TRANSPORTES E ENERGIA

165 A expansão da infra-estrutura de transportes e energia no país é essencial para a dinamização da economia brasileira, mas pode representar ameaça ao meio ambiente, à saúde da população e às relações sociais. Projetos de infra-estrutura estimulam o desenvolvimento sustentável desde que planejados **e executados em consonância com as diretrizes metodológicas do Zoneamento Ecológico Econômico do Brasil, do Ministério do Meio Ambiente, para subsidiar a elaboração de macropolíticas nacionais, regionais e locais**, dentro do contexto específico de cada bioma, levando em conta as potencialidades e fragilidades do território e evitando impactos socioambientais negativos.

Transportes

166 A implantação da infra-estrutura de transportes no Brasil deixou um enorme passivo ambiental em degradação dos solos, da cobertura vegetal, da água e do ar. Isso ocorre porque o projeto, a implantação e a gestão da infra-estrutura de transportes, composta por rodovias, ferrovias, hidrovias e portos sempre se pautaram por parâmetros técnicos e requisitos econômicos. Somente a partir dos anos 1980 começam a ser adotados padrões de qualidade e de conservação ambiental.

167 O histórico de implantação dos projetos de infra-estrutura de transportes reflete a falta de planejamento regional integrado. Isso se verifica na dificuldade do escoamento da produção e nos custos para a mobilidade das pessoas. A falta de integração entre meios de transporte, considerando as diferentes modalidades (rodoviário, ferroviário e hidroviário) evidencia este problema. Outra constatação é a ausência de normas e de critérios socioambientais para o licenciamento dos projetos.

168 A aplicação de grandes volumes de recursos na melhoria da malha viária, sem foco específico no transporte público de passageiros, além de socialmente perversa, tende a aumentar a carga de poluição causada pelo trânsito de veículos individuais. Essa lógica prejudica diretamente a saúde e a qualidade de vida da população, especialmente das pessoas com menor renda.

169 Ações efetivas - Para alterar o atual quadro de estímulo ao transporte rodoviário de cargas, as ações de governo devem ser redirecionadas para a estruturação de um sistema intermodal de transporte de cargas, privilegiando o consumo de fontes alternativas de energia. Nesse sistema devem ter prioridade a implantação de estrutura hidroviária, onde couber, e o reaproveitamento da malha ferroviária existente como passo inicial para uma política de incentivo ao transporte ferroviário de cargas e de passageiros. Nessa nova política de transportes, é imperativo instituir a exigência obrigatória, pelo Conselho Nacional de Meio Ambiente, de Estudo/Relatório de Impacto Ambiental para todos os tipos de vias de transporte, inclusive as ferrovias, independentemente da extensão do traçado.

170 Quanto às cidades, cabe às três esferas de governo estabelecer prioridade ao transporte coletivo de qualidade, preferencialmente adotando fontes de energia limpas; neste particular, dada a gravidade da situação de mobilidade das populações mais pobres, deve-se fomentar com apoio financeiro efetivo a construção de metrô nas regiões metropolitanas.

171 O respeito ao pedestre e ao ciclista deve ser objeto de uma política permanente a ser formulada no âmbito do Conselho Nacional de Políticas de Transporte e do Conselho Nacional de Trânsito, para execução na esfera municipal. Tal política deve prover as regras a serem cumpridas na elaboração e na execução dos Planos Diretores Municipais, Metropolitanos e Regionais, instituindo a previsão de espaço reservado à circulação de pedestres e a construção obrigatória de ciclovias junto aos principais corredores nas aglomerações urbanas.

172 Com o mesmo objetivo, é importante estabelecer que os Programas Federais e Estaduais na área de Transportes prevejam consulta à sociedade civil, em audiência pública, sobre o interesse da comunidade na construção de estrutura para ciclovia e espaço reservado à movimentação de pedestres, além de passarelas de travessia, junto aos acostamentos das rodovias em fase de projeto, reforma ou processo de privatização.

173 Energia - O desenvolvimento da infra-estrutura energética no país também tem se pautado por critérios técnicos e por pressões da demanda em vez de considerar o planejamento integrado do território. Impactos negativos gerados pelo uso de energia não renovável, como o petróleo e seus derivados, envolvem desde a poluição do ar e acidentes no transporte, até o impacto direto sobre populações das regiões produtoras. Essas comunidades vêem seus territórios, pontos turísticos e históricos destruídos por incêndios, derramamentos, contaminação de solos, rios e lençóis subterrâneos.

174 Cerca de 30 milhões de brasileiros vivem sem o mínimo de energia necessário a uma razoável qualidade de vida. Dependem de fontes energéticas caras, sujas e pouco confiáveis, como lampiões a querosene, velas e lenha. As conseqüências negativas para a saúde e o desenvolvimento humano são inúmeras. A fumaça dentro das casas, por exemplo, traz problemas respiratórios e a iluminação inadequada compromete a visão, reduzindo as oportunidades de estudar. Isso contribui para perpetuar a situação de pobreza. É imperativo que o país faça uma ampla discussão sobre a presente e a futura matriz energética, como condição da sua sustentabilidade com a perspectiva da inclusão social.

175 Diversificação e inclusão - O Brasil desenvolveu o programa Pró-Álcool, única experiência bem-sucedida no mundo de substituição em larga escala dos derivados de petróleo. O biodiesel e as misturas de combustíveis, que usam derivados de óleos vegetais, podem diversificar e tornar mais renovável a matriz energética brasileira. O bagaço de cana, os rejeitos de serrarias e a lenha, em combustão direta ou em gaseificação, constituem fontes renováveis de energia. Algumas regiões do Brasil apresentam grande potencial para a produção de energia eólica, isto é, gerada pelo vento. A utilização da energia solar está se expandindo, seja para a geração de calor ou para eletricidade.

176 Mesmo a produção das energias renováveis – como o álcool, o carvão vegetal e a hidroeletricidade – provoca impactos socioambientais negativos. As regiões produtoras de açúcar e álcool apresentam hoje grande concentração de terras. Nesses locais, a monocultura substituiu a agricultura familiar. Esse modelo de produção gera um contingente de 1,2 milhão de trabalhadores informais, ocupados apenas durante as safras e submetidos a condições de insalubridade e de injustiça social.

177 As usinas hidrelétricas inundaram mais de 34 mil km² de terras, grande parte cultivável, e expulsaram cerca de 200 mil famílias diretamente atingidas. Na maioria das vezes, essas receberam compensações financeiras irrisórias e foram reassentadas em locais que não asseguram a manutenção das condições de vida anteriores. São comuns problemas de saúde pública em volta das áreas inundadas e de comprometimento da qualidade da água nos reservatórios.

178 Projetos descentralizados de energias renováveis – solar, eólica, biomassa, pequenas hidrelétricas – podem levar energia e inclusão social às populações sem acesso a esse bem. A descentralização da produção energética representa ainda oportunidade para reduzir a demanda das centrais de geração em operação e por novos projetos, além de significar redução dos custos e das perdas em transmissão e distribuição.

179 A elaboração de um plano diretor nacional de transporte de cargas e passageiros a longa distância, assim como o planejamento integrado do transporte urbano e interestadual, devem ser alvo de amplo debate coletivo considerando a dimensão da sustentabilidade ambiental. A implantação de sistemas de transporte nas áreas mais isoladas do país, importante mecanismo de inclusão, deve ser prioridade governamental.

180 INTERFACES E PARTICIPAÇÃO - A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA SOBRE ENERGIA É EXTENSA E COMPLEXA, MAS BASICAMENTE O SISTEMA É CONSTITUÍDO PELO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, PELO CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA ENERGÉTICA (CNPE), PELA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO (ANP) E PELA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA (ANEEL).

181 O sistema de transportes é constituído pelo Ministério dos Transportes, pelo Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte (CONIT), pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) e Departamento Nacional de Infra-estrutura de transportes (DENIT).

182 Esses sistemas têm interfaces com a área de meio ambiente na medida em que os órgãos do Sisnama são responsáveis pelo licenciamento e pelo controle de todas as instalações energéticas e de transporte. Por isso, o Ministério do Meio Ambiente realiza entendimentos com os ministérios de Minas e Energia e de Transportes visando estabelecer agendas conjuntas para inserir a avaliação ambiental estratégica em todas as ações.

183 EDUCAÇÃO PARA O CONSUMO SUSTENTÁVEL - O CONSUMO SUSTENTÁVEL DE ENERGIA E DE SERVIÇOS DE TRANSPORTES DEPENDE DE AÇÕES COTIDIANAS. POR ISSO, A EDUCAÇÃO AMBIENTAL PRECISA CONTRIBUIR PARA AMPLIAR A CONSCIÊNCIA SOBRE A IMPORTÂNCIA DE SE RACIONALIZAR OS USOS, MOSTRANDO AS CONSEQÜÊNCIAS DE MAUS HÁBITOS DE CONSUMO, ALÉM DE POSSIBILITAR O CONHECIMENTO DE FORMAS ALTERNATIVAS DE ENERGIA E TRANSPORTE.

184 Contexto Internacional - O Brasil, inversamente ao padrão mundial, tem na destruição florestal a principal fonte de emissão de carbono e nos combustíveis fósseis, a segunda. A presença relativamente grande de combustíveis renováveis na matriz energética brasileira, com projetos pioneiros que são referência mundial, dá legitimidade ao país na construção de alternativas ao petróleo e ao carvão.

185 O estudo e o incentivo a instrumentos econômicos que incorporem o conceito de remuneração pelos serviços ambientais, vinculados a ecossistemas ou ao crédito de carbono (Mecanismo de Desenvolvimento Limpo da Convenção de Quioto), deverão permitir avanços para energias renováveis e mais limpas.

186 INDICADORES - PARA ENERGIA: O CONSUMO DE ENERGIA POR PESSOA; A INTENSIDADE ENERGÉTICA; A PARTICIPAÇÃO DE FONTES RENOVÁVEIS NA OFERTA TOTAL DE ENERGIA; A EVOLUÇÃO DAS EMISSÕES DE CO₂ PROVENIENTES DE FONTES ENERGÉTICAS; A PARTICIPAÇÃO DE FONTES RENOVÁVEIS NA OFERTA ENERGÉTICA; A PARTICIPAÇÃO DE LENHA E CARVÃO VEGETAL NO CONSUMO ENERGÉTICO DO SETOR

RESIDENCIAL e a TAXA DE ELETRIFICAÇÃO DOS DOMICÍLIOS; GASTOS ENERGÉTICOS EM FUNÇÃO DA RENDA FAMILIAR.

187 Para transportes: distância viajada por pessoa por modo de transporte; evolução da emissão de poluentes por quilômetro rodado por tipo de veículo; número de dias com boa qualidade do ar em regiões metropolitanas; extensão de ciclovias; alterações no uso do solo em torno de rodovias ao longo do tempo; percentagem da renda familiar gasta com transporte; tempo utilizado para deslocamento casa trabalho.

188 Em direção à sustentabilidade - Incorporação da sustentabilidade socioambiental nas políticas públicas de transportes por meio de uma agenda ambiental comum entre MMA e Ministério de Transportes, incluindo a discussão da matriz de transportes e do licenciamento de rodovias, hidrovias e áreas portuárias.

- **189** Incorporação da sustentabilidade socioambiental nas políticas públicas de energia por meio de uma agenda comum entre MMA e Ministério de Minas e Energia, incluindo a discussão da matriz energética (setor elétrico, mineração, petróleo e gás), com ênfase em energias renováveis.
- **190** Ampliação das interfaces entre Conama e órgãos reguladores do setor energético e de transportes para garantir mais controle social sobre a qualidade dos serviços prestados.
- **191** Fortalecimento da participação social, por meio de conselhos de meio ambiente, para a estruturação de um modelo energético diversificado, limpo, descentralizado e renovável.
- **192** Apoio a projetos de gestão ambiental do transporte público urbano.
- **193** **Priorização de investimentos em pesquisas eficientes sobre tecnologias apropriadas para uso das energias renováveis e que atendam às necessidades regionais.**
- **194** Universalização do acesso a energia elétrica aliada ao combate ao desperdício.
- **195** **Elaboração de estratégias para garantir maior eficiência no uso e na conservação da energia, incluindo ações de Educação Ambiental.**
- **196** Fortalecimento e capacitação dos representantes da sociedade civil para lidar com assuntos relativos ao licenciamento para obras de infra-estrutura e energia.
- **197** Ampliação e qualificação do processo de informação sobre o licenciamento ambiental das obras de infra-estrutura desses setores.

198 **Ações efetivas - Como contribuição para promover a alteração da matriz energética do País, é necessário incentivar a produção de energia limpa provinda de fontes alternativas, mediante política estável que assegure:**

- a) **financiamento de projetos com juros subsidiados;**
- b) **incentivos fiscais para produtores e usuários de energia limpa;**
- c) **aquisição, pelas companhias distribuidoras, de toda a energia limpa alternativa produzida, por um valor não inferior a 90% do preço praticado no mercado livre de energia hidroelétrica, mediante regulamentação a ser estabelecida e fiscalizada pela Aneel.**

199 **Também se deve estabelecer instrumentos para fazer cumprir com todo rigor a exigência de Estudo/Relatório de Impacto Ambiental para qualquer projeto de usina geradora de eletricidade, independentemente da fonte de energia utilizada ou do porte da obra projetada.**

200 **É necessário impor em dispositivo legal a mesma exigibilidade de EIA/RIMA, também, para a rede já instalada de estrutura para celulares, assim como para as novas redes e estruturas, mediante reforço ao mecanismo de audiências públicas locais e regionais.**

201 **Deve ainda a Conferência Nacional do Meio Ambiente estabelecer as políticas e os meios efetivos para fazer cumprir a meta de 15% (quinze por cento) da energia produzida no País a partir de fontes alternativas limpas e renováveis até o ano de 2013, inclusive.**

Ass: Sávio de Tarso

MEIO AMBIENTE URBANO

Diagnóstico

194 Os 5.561 municípios brasileiros são marcados por enormes desigualdades nos padrões de qualidade de vida, inclusão social e cidadania. Isso decorre de um modelo de desenvolvimento que gerou, ao longo do tempo, grandes distâncias sócio-econômicas entre estados e regiões.

195 Os centros regionais e as metrópoles concentram as oportunidades econômicas e de desenvolvimento humano. Enquanto isso, municípios com menos de 20 mil habitantes convivem com o esvaziamento econômico e demográfico. Dessa forma, alimentam os fluxos migratórios para os centros regionais e as metrópoles.

196 Esse mesmo divórcio ocorre entre o espaço urbano e o rural no âmbito do município. As políticas enfocam esses espaços como se fossem isolados. Sabe-se, porém, que a cidade depende do meio rural para a provisão de alimentos e de água. Um avanço no sentido de resolver essa dicotomia foi a Política Nacional de Recursos Hídricos, que tem a bacia hidrográfica como unidade de planejamento, ressaltando a relação urbano-rural no âmbito municipal.

197 Internamente, os grandes centros reproduzem as mesmas contradições: zonas centrais cosmopolitas e periferias abarrotadas de loteamentos irregulares e sem acesso a serviços públicos. A dívida social e ambiental das cidades exige grande volume de recursos, assim como novos instrumentos de gestão e arranjos institucionais.

198 A ausência de políticas que abranjam as áreas metropolitanas torna mais difícil equacionar os graves problemas de controle de enchentes, poluição, destinação final de resíduos, proteção dos mananciais e ocupação de áreas de risco. Por outro lado, os planos diretores, quando existem, só dialogam com a cidade formal. Dessa forma, reproduzem e ampliam a informalidade. **É importante integrar as políticas públicas e enfrentar os grandes desafios da urbanidade. Vale também destacar a realização da Conferência Nacional das Cidades, que certamente lançará bases para uma agenda ambiental mais intensa nos centros urbanos.**

199 Para resolver os problemas de Drenagem Urbana deve-se implementar políticas públicas que assegurem: Incentivo a proteção das nascentes nas áreas de mananciais hídricos, recomposição da mata ciliar e preservação da mata nativa.

200 Marco institucional e legal: Gestão integrada das políticas setoriais do poder público, considerando caráter transversal da preservação ambiental, que se traduza na ação sistêmica entre o MMA e os Ministérios das Cidades, Agricultura, Transportes, Minas e Energia, etc.

201 Ampliar a educação ambiental para atender as necessidades humanas (valores, acolhimento, espiritualidade, ética), no qual o poder público definiria suas políticas na perspectiva da transversalidade.

202 Ação sistêmica do poder público, que integrem as bacias hidrográficas como elemento de unidade: política, geográfica, regional e ambiental.

203 Acesso à informação: que a consolidação do SINIMA se traduza como sistema compartilhado entre o poder público e a sociedade civil.

204 Utilizar vários instrumentos da mídia para disseminar a informação referente a política ambiental, na esfera local, estadual e federal.

205 Elaborar e disseminar para as unidades locais, de bacia hidrográficas, estado e união os Indicadores de Sustentabilidade: utilizar como instrumento estratégico para definição das políticas públicas.

206 Em direção à sustentabilidade: fomento e obrigatoriedade para que as empresas desenvolvam tecnologias e produtos, na perspectiva do desenvolvimento sustentável.

207 Implementar políticas públicas que disciplinem os processos produtivos e padrões de consumo que sejam sustentáveis.

208 Desenvolver diagnóstico com ampla participação da sociedade para identificação de produto cujo processo produtivo sejam insustentáveis ambientalmente.

209 Implementação de políticas para recuperação de áreas degradadas.

210 Políticas públicas que priorizem a perspectiva do aterro sanitário zero e proibição da incineração.

211 Instituir o conceito do poluidor/pagador, com utilização de instrumentos tributários.

212 Desenvolver tecnologias para tratamento e/ou uso do lodo proveniente das estações de tratamento de água e esgoto.

213 Incentivar os processos de compostagem domiciliar dos resíduos urbanos.

214 Política de prevenção de acidentes, com utilização de instrumentos da educação ambiental e comunicação social, em particular sobre atividades potencialmente poluidoras, como: antenas de telefonia celular, energia, água, esgoto, cartazes e out doors.

215 Acionar as delegacias do verde e meio ambiente locais, que com a participação social esteja voltada para ação efetiva no combate aos crimes ambientais.

216 Incentivar a geração e utilização de fontes de energia não poluentes e renováveis (solar, eólica, biomassa).

217 Resíduos - As sociedades modernas são grandes produtoras de resíduos. Há uma relação direta entre esses e a produção e o consumo de bens e serviços. De indústrias, agroindústrias, hospitais, transportes e domicílios escapam emissões gasosas e líquidas poluentes. Essas mesmas atividades produzem grandes volumes de resíduos sólidos, na forma de plásticos, metais, papéis, vidros, alimentos e objetos descartados.

218 Em 64% dos municípios brasileiros os resíduos sólidos são depositados em lixões a céu aberto. A degradação do lixo doméstico permite a proliferação de moscas, ratos e outros vetores de doenças. Produz odores, contamina solos, aquíferos e esgota o oxigênio de rios e lagoas, matando peixes e algas. As embalagens de plástico e de metal podem entupir esgotos e bueiros, causando enchentes. Cerca de 16 milhões de pessoas não são atendidas pelos serviços domiciliares de coleta de lixo nas cidades.

219 Compostos orgânicos, como os organoclorados, e inorgânicos, como metais pesados (chumbo, mercúrio), chamados resíduos tóxicos, provocam doenças e não se degradam na natureza. Os resíduos produzidos por hospitais e laboratórios clínicos constituem riscos pelo seu potencial de transmissão de doenças infecto-contagiosas.

220 A reciclagem não é uma solução mágica. Não destrói os resíduos tóxicos e para reciclar papel, vidro ou metal gasta-se energia e água. Além disso, a maioria dos materiais não pode ser reciclada eternamente sem perda de qualidade. Por isso, é sempre melhor reutilizá-los. A revisão de hábitos de consumo também constitui medida necessária.

221 Esgoto – Cerca de 20% da população brasileira não são atendidos por abastecimento de água, 57% não têm seus esgotos ligados à rede pública e 80% não têm tratamento de esgotos. As pessoas que não dispõem de esgotamento sanitário adequado são, em geral, aquelas que moram em habitações precárias em favelas, ocupações de terra, loteamentos irregulares e bairros populares. Na conta da falta de saneamento ambiental deve ser incluído o custo de despoluição de rios e baías. Cada real investido em saneamento básico propicia a economia de cinco reais em atendimento médico.

222 Saneamento - Deve-se propugnar pela inserção, na Constituição Federal, de dispositivo obrigando os municípios a investir 5% (cinco por cento) da receita global para obras de saneamento básico, sendo metade na coleta e metade no tratamento dos esgotos.

223 Drenagem urbana - As enchentes e os alagamentos tornam-se cada vez mais frequentes nas cidades médias e grandes. Isso se deve à ocupação indevida das margens dos cursos d'água, cuja proteção está prevista no Código Florestal.

224 Os deslizamentos de terra e as erosões são os fenômenos relacionados a desastres naturais que têm causado o maior número de mortes no Brasil. Atingem com especial gravidade os moradores de favelas e de loteamentos irregulares.

225 A tendência a impermeabilizar o solo com cimento e a diminuição das áreas destinadas a praças, parques, jardins e hortos florestais têm transformado as grandes cidades em estufas. A existência de áreas verdes promove melhorias no microclima da cidade e na qualidade do ar, da água e do solo. Também oferece opções de lazer à população e tem funções estéticas e educativas. A vegetação urbana pode ser entendida como um sistema municipal pautado no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).

226 Poluição atmosférica e sonora – A emissão de gases por veículos automotores é a principal causa da poluição do ar em cidades. A organização do sistema viário e de trânsito tem valorizado primordialmente o tráfego de veículos individuais em detrimento do transporte coletivo. A falta de inspeção veicular e do controle dos níveis de emissão de poluentes agrava o problema. Construir a mobilidade sustentável significa privilegiar o deslocamento de pessoas sobre o dos automóveis.

227 A cidade na agenda global - Cada vez mais, as cidades promovem diversos espaços de integração internacional. Além disso, a gestão urbana tem enorme impacto nas questões ambientais globais, como o efeito estufa e o consumo energético. Assim, o cumprimento dos compromissos internacionais inclui a gestão ambiental urbana.

Marco institucional e legal

228 O Estatuto das Cidades, no plano legal, **é conquista importante que permite o desenvolvimento** de abordagens sistêmicas para o desenvolvimento das cidades. A necessária reorientação das políticas e do desenvolvimento urbano depende da reestruturação dos sistemas de gestão municipais, metropolitanos, estaduais e federais. Dessa forma, será possível o planejamento intersetorial e a implementação de programas conjuntos de ordenamento territorial urbano, de habitação, transportes, saneamento ambiental e geração de emprego e renda.

229 As políticas federais têm papel indutor fundamental para situar a sustentabilidade urbana dentro das opções de desenvolvimento nacional. Por outro lado, é importante descentralizar as instâncias decisórias e os serviços, não só para fortalecimento do governo local como para incentivo da co-gestão.

230 A criação de autoridade metropolitana e de consórcios intermunicipais, prevista no artigo 25 da Constituição Federal, permite a gestão integrada de serviços públicos. Viabiliza a cooperação entre municípios que tenham problemas urbanos e ambientais comuns e que podem compartilhar recursos para resolvê-los. Essa integração fortalece as cadeias produtivas locais e incentiva a economia sustentável das pequenas e médias cidades.

231 Políticas - A construção da Agenda 21 Local, por meio da parceria entre governo e sociedade, constitui instrumento para definir um plano estratégico e participativo de ações em âmbitos econômico, social e ambiental. O planejamento deve incluir a vocação produtiva da cidade em harmonia com o entorno rural, com sua identidade cultural e ambiental, visando a ampliação de emprego e de renda.

232 O zoneamento ecológico-econômico é fundamental para o desenvolvimento rural e urbano e deve se integrar com outros instrumentos de gestão, como os preconizados pela política de recursos hídricos, que tem a bacia hidrográfica como unidade de planejamento. O Estatuto das Cidades exige a elaboração de um Plano Diretor, instrumento de apoio à definição de um plano de desenvolvimento local integrado.

233 Acesso à informação – Os governos devem considerar o ponto de vista do cidadão: quais informações lhe serão úteis, o que ele quer e precisa saber sobre seu município. A inclusão digital pode agilizar suas transações para evitar mais tráfego urbano, filas de espera e desconforto no atendimento. Iniciativas como as do e-gov, no âmbito do Ministério da Integração, devem ser ampliadas, abrangendo a área ambiental. A consolidação do Sistema Nacional de Informações sobre Meio Ambiente (Sinima) pode contribuir para a obtenção de dados sobre a qualidade de vida nas cidades, o que ainda desafia as instituições responsáveis por indicadores socioambientais.

234 Indicadores de sustentabilidade: acesso a moradia adequada; grau de poluição hídrica e aérea; acesso a coleta e tratamento de resíduos sólidos e líquidos; metros quadrados de áreas verdes por habitante; percentagem de empregos gerados pela interface urbano-rural, como turismo rural e ecoturismo; número de viagens entre área urbana e rural.

Em direção à sustentabilidade

235 Articulação entre o Conama e o Conselho de Cidades para garantir a qualidade ambiental do meio urbano.

236 Incorporação da sustentabilidade socioambiental nas políticas públicas de planejamento urbano por meio de uma agenda comum entre MMA e Ministério das Cidades, incluindo a discussão sobre resíduos, questão portuária, entre outras.

237 Incentivo à participação dos atores sociais na formulação de políticas ambientais visando à gestão democrática do meio urbano.

238 Adoção de sistemas de gestão e planejamento ambiental, de produção limpa e de sustentabilidade nos processos produtivos visando à redução de resíduos em áreas urbanas.

239 Estímulo à integração entre os municípios para fazer frente aos problemas ambientais que demandam grande volume de recursos para serem resolvidos.

240 Implantação de comitês gestores locais de resíduos.

241 Investimento intensivo em saneamento básico nas grandes cidades.

242 Incentivo a programas de reciclagem, envolvendo associações comunitárias, cooperativas e microempresas como estratégia de geração de emprego e de renda.

243 Estímulo à reutilização e à reciclagem dos resíduos sólidos por meio de ações da Educação Ambiental.

244 Apoio a políticas de prevenção à ocupação irregular do solo, atingindo especialmente as áreas de risco e de fragilidade físico-ambiental que comprometem os recursos ambientais e a qualidade de vida.

245 Prevenção, monitoramento e redução de riscos de acidentes e emergências ambientais relacionadas a enchentes e desmoronamentos em áreas de riscos.

- 246** Articulação entre gestores urbanos e órgãos ambientais para evitar o avanço das cidades sobre áreas de relevante biodiversidade, como mangues e florestas.
- 247** Fomento a projetos de gerenciamento e de disposição de resíduos industriais e perigosos.
- 248** Integração entre os sistemas nacionais de Informação sobre Meio Ambiente e o de Indicadores Urbanos visando diagnosticar a situação ambiental urbana.
- 249** Estímulo a processos educacionais e de gestão de informações voltados à construção de valores, padrões de produção e consumo, relações sociais na perspectiva do desenvolvimento sustentável.
- 250** Apoio à elaboração e implementação de Agendas 21 Locais.
- 251** Apoio a projetos e programas que busquem implementar a sustentabilidade na construção e no desenvolvimento das cidades.

M O Ç Õ E S

1 – Nós, participantes da Pré-conferência Nacional de Meio Ambiente, repudiamos a implementação de uma megaempreendimento. São 7 milhões de metros quadrados (o equivalente a mil campos de futebol) em Itatiba – Villa Trump – na área rural sem EIA/RIMA.

Ass: Mariana Romão

MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Diagnóstico Global

233 O aumento da concentração de gás carbônico na atmosfera é a principal causa do aquecimento global, grande ameaça às espécies vivas. Isso se deve, principalmente, ao desmatamento e à queima de combustíveis fósseis (petróleo, gás natural e carvão mineral). O gás carbônico contribui para a retenção de calor pela atmosfera, o que provoca a elevação da temperatura média do Planeta – o chamado **aquecimento global**.

234 O resultado mais imediato é o degelo das calotas polares, causando a elevação do nível do mar e a inundação de cidades litorâneas e de áreas baixas, como partes da Amazônia. Outras conseqüências negativas são o aumento dos efeitos do El Niño, provocando grandes alterações no regime de chuvas e estiagens.

235 O estágio atual das pesquisas permite ter uma grande certeza: se a humanidade não diminuir radicalmente a emissão de gases, não há como escapar de catástrofes ambientais. As conseqüências previstas são perdas de vidas humanas, de espécies animais e vegetais, assim como **de grande parte dos** biomas.

236 As mudanças climáticas atingem a todos, mas são sentidas principalmente pelas populações mais pobres. Países e regiões ricas dispõem de tecnologias e de recursos para diminuir os efeitos, enquanto as nações e regiões mais pobres dependem de auxílio externo.

237 Convenção Climática – A preocupação com este problema levou vários países a firmarem um acordo internacional para estabilizar as concentrações de carbono na atmosfera. A Convenção Climática, assinada durante a Eco-92, obriga os países industrializados a diminuírem seus **lançamentos de gases estufa** na atmosfera e os países em desenvolvimento a não aumentarem a sua curva de emissão. **Em 1994 o Brasil ratificou a Convenção Quadro da Mudança de Clima e em 2002 o Protocolo de Quioto, submetendo-se às regras desse regime internacional.**

238 Só será possível atingir os objetivos da Convenção por meio de mudanças estruturais na economia, ocasionadas pela substituição do uso de petróleo e do carvão por fontes renováveis e mais limpas de energia, como o álcool, o biodiesel, a energia solar e a eólica. Será preciso também frear o desmatamento e as queimadas.

239 No contexto internacional, o Brasil **reconhece que todos os países têm responsabilidades comuns e diferenciadas em relação à mudanças de clima e que os países em desenvolvimento devem ter acesso às oportunidades de fomentar economias ambientalmente sustentáveis.**

240 Mudanças estruturais no modo de vida e na economia das populações são politicamente difíceis. Contrariam interesses de nações poderosas, como os EUA e os demais países industrializados, e de **transnacionais**, como a automobilística e a de energia. Mesmo diante desse impasse, desenvolveram-se na

última década vários mecanismos de redução das emissões e de captura de carbono mediante incentivos financeiros.

241 **Dentre esses instrumentos, o** que mais interessa ao Brasil é o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL). Esse mecanismo permite aos países industrializados obterem créditos por reduções de emissão ao financiarem projetos – de substituição de combustíveis fósseis ou de captura de carbono – nos países emergentes. A vantagem para as nações industrializadas é a oportunidade de reduzir as emissões com menor custo. Por outro lado, países como o Brasil recebem recursos para projetos de desenvolvimento sustentável.

Cenário nacional

242 O Brasil, inversamente ao padrão mundial, tem na destruição das florestas a principal fonte de emissão de carbono e nos combustíveis fósseis, a segunda. Nosso país emite anualmente cerca de 200 milhões de toneladas de carbono devido ao desmatamento e, sobretudo, às queimadas e aos incêndios florestais. Esse número é quase três vezes maior que o resultante da queima de combustíveis fósseis.

243 Apesar de o país ter destaque mundial na busca por alternativas ao petróleo e ao carvão, mostra-se contraditório em alguns de seus posicionamentos. Devido à recente crise do setor energético, as termoelétricas passaram a ser apresentadas como prioridade. Enquanto isso, fontes energéticas limpas, como a solar e a eólica, encontram-se em fase bastante incipiente de exploração, o que demanda uma política mais intensa de apoio a esse setor.

244 Ainda não existe uma definição governamental sobre o uso de recursos do MDL como instrumentos de políticas públicas. Os projetos têm sido negociados caso a caso entre agentes dos países industrializados e empresas e instituições brasileiras. Além disso, alguns deles não configuram possibilidade de desenvolvimento sustentável regional. Recursos do MDL, por exemplo, são usados no desenvolvimento de **plantações florestais**, iniciativa criticada pelos danos causados às comunidades tradicionais e ao meio natural.

245 **Desafios – Uma política nacional de proteção ao clima deve abranger programas de** controle das emissões, de estímulo a fontes renováveis de energia, de qualificação da tecnologia produtiva **e controle do desmatamento**. Para reduzir sua curva de emissões, a sociedade brasileira precisa envolver os setores econômicos, **os proprietários de terras** e as indústrias, principalmente as que emitem diretamente carbono e outros gases, na busca de modos de produção sustentável. As empresas de geração de energia, os fabricantes de equipamentos solares e eólicos, as empresas do setor de transportes e a indústria automobilística **e setor florestal e agrícola** têm papel relevante nesse processo. Também é fundamental o envolvimento das indústrias siderúrgica, **plantações florestais, agrícola** e de refrigeração. É importante ressaltar a experiência dos diversos estados na implementação de projetos de monitoramento da qualidade do ar nos grandes centros urbanos.

246 **Educação e consciência** – A proteção ao clima depende da consciência cidadã de que é possível mudar o destino do planeta. A população precisa estar informada sobre o impacto de pequenas atitudes, como usar bicicleta ou automóvel para os deslocamentos cotidianos; ou racionalizar o uso de energia, escolhendo entre um chuveiro elétrico ou outro baseado no aquecimento solar. O melhor instrumento para isso é a Educação Ambiental para **construção de novos padrões de consumo**.

247 **Monitoramento** – Uma ferramenta para conscientizar, planejar e monitorar a situação do clima é o Inventário de Emissões. A identificação e o detalhamento do grau de vulnerabilidade de ecossistemas, populações e setores econômicos aos efeitos das modificações do clima devem orientar a **política nacional de Mudança do Clima. Para esse trabalho deve-se contar com a colaboração das** instituições de pesquisas, universidades e ONGs.

Em direção à sustentabilidade

- **248** Fortalecimento institucional dos órgãos ambientais para a implementação das ações relativas à Convenção Climática.
- **249** **Estabelecer políticas públicas, nas várias esferas de governo**, destinadas a diminuir as emissões de carbono e absorver os gases do efeito estufa, envolvendo órgãos governamentais e não-governamentais, **universidades, empresas privadas, etc...**
- **250** Articulação do Conama com demais instâncias de participação social para maior eficácia no controle de emissões de carbono.

- **251 As políticas de mudança de clima devem incluir:**
 - o a) mecanismos e critérios para o controle de desmatamento e queimadas;
 - o b) critérios e regras para o MDL, visando o controle do mercado de carbono;
 - o c) mecanismos para conhecer e fomentar serviços ambientais, resultantes da conservação da biodiversidade ou produção agroflorestal e garantir o acesso equitativo de populações envolvidas com tais atividades
- **252** Qualificação, por meio da Educação Ambiental e do acesso a informação, dos amplos setores sociais, incluindo os gestores e tomadores de decisão agentes das políticas públicas, em torno da efetivação de programas de mudanças climáticas.
- **253** Reformular o sistema fiscal e orçamentário, de maneira a direcionar investimentos e subsídios para processos produtivos que não produzem poluição ou que tenham política clara de mitigação dos impactos poluentes de sua produção.
- **254** Rever a programação do aumento da participação dos combustíveis fósseis na matriz energética brasileira.
- **255** Divulgação do Inventário de Emissões e Sumidouros Brasileiros de GEE, elaborar inventários estaduais e municipais, como instrumento de planejamento, tornando público a Comunicação Nacional (documento que cada país obriga-se a fazer, indicando medidas e políticas existentes e necessárias para o atendimento e objetivos da Convenção sobre Mudança do Clima, com base nos inventários).
- **256** Incorporar a questão do clima no debate da mudança do Código Florestal e monitorar em escala nacional o cumprimento do Código.
- **257** Apoiar o fortalecimento do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas.
- **258** Promover a integração entre secretarias, nos âmbitos municipais, estaduais e federal, para o desenvolvimento da educação ambiental nas áreas da saúde, planejamento, obras, educação, meio ambiente, etc...tanto dos técnicos quanto das comunidades no que diz respeito às questões climáticas.

Ass: Sérgio Talocchi

DA TRANSVERSALIDADE PARA AÇÕES EFETIVAS

Nesta Pré Conferência Nacional do Meio Ambiente Setorial de Entidades ,Fóruns, Redes, Movimentos e Ativistas Ambientistas do Estado de São Paulo, reuniram-se as entidades subscritas, criando um novo grupo denominado “GRUPO TRANSVERSAL PARA AÇÕES EFETIVAS”, objetivando contribuir com propostas que atendam o Princípio da Transversalidade, apresentamos ao Plenário a Moção de repúdio a saber:

M O Ç Õ E S /Diretrizes

1 – Considerando o necessário diálogo interinstitucional, com a participação e controle social, no caso do Estado de São Paulo, ficou flagrantemente prejudicado pelo CONFLITO DE AGENDAS entre a Pré-Conferência Estadual do Meio Ambiente, marcada para os dias 24, 25 e 26 de outubro de 2003 em Botucatu, e a Conferência Nacional das Cidades, anteriormente agendada para estas datas, impedindo dessa forma a participação e contribuição da sociedade civil de forma expressiva. Assim, propõe o grupo a mudança das datas para realização da CNMASP, que poderá ocorrer na mesma semana com alguns dias de antecedência ou posteriormente a Conferência das Cidades, o que submetemos à apreciação do Plenário para escolha de nova data.

2 –Tema da Pré-Conferência: “fortalecendo o SISNAMA”, deveria ser alterado para “Reavaliando o SISNAMA” , haja visto que a estrutura do SISNAMA é ineficiente, da maneira disposta pela Lei nº 6938/81. É necessário a integração e participação do terceiro setor de forma transparente na implementação das Políticas Públicas.

Ferramentas: gestão tripartite compartilhada, exemplo: instâncias deliberativas do primeiro setor com participação do terceiro setor.

3 –Transformações efetivas das Políticas Públicas

- Descentralização das informações e decisões, fornecer instrumentos para implementação da lei de acesso à informação nº 10.650/03. Chamar referendun e/ou plebiscito em temas que afetem, direta ou indiretamente, desde a soberania do País até o bem estar planetário.

4 –Criação de um Programa de Apoio às Entidades Sócio ambientalistas, de âmbito nacional, programa esse com uma dinâmica tripartite, integrando em rede as iniciativas em prol da reconstrução planetária. Dever ser assegurada a capacitação e fortalecimento das ONG’s , aportando recursos técnicos, materiais e humanos para este fim.

5 –Deve ser inserida a AGENDA 21 no Plano Plurianual 2004-2007, como documento de recomendação para práticas de Políticas Públicas, em âmbito nacional.

Reavaliação do sistema linear existente, buscando a sua transversalidade.

Ass: Thomas Antonio de Souza

6. Um total de 20 (vinte) Moções (DIGITALIZADAS EM DISKETE) sendo Moções Consensuais dos Núcleos de Trabalho Temáticos , 1 Moção Independente, digitadas, aprovadas pela Plenária para encaminhamento à CNMA e CNMA/SP. Sendo que as Moções de número 19 e 20 (dezenove e vinte) são para deliberação imediata da COE/CNMA/SP;



MOÇÃO 1

Considerando a importância dos sistemas de informação que podem contribuir para a construção de um Brasil Sustentável, solicitamos a Integração dos Sistemas de Informação do SISNAMA, SNUC, SINGREH e SIBEA, assim como com outros sistemas de informação em formação.

MOÇÃO 2

Nós, participantes da Pré- conferência Nacional do Meio Ambiente, Setorial do São Paulo, reivindicamos, em defesa das Serras Lindeiras à Rodovia Régis Bittencourt, domínio de Mata Atlântica. Que a duplicação da mesma seja feita por túneis e não por traçado de superfície, a fim de minimizar-se os danos a esse valioso patrimônio natural.

E que sejam respeitadas as proposições feitas pela Sociedade Civil, em relação ao assunto.

MOÇÃO 3

Nós, participantes da Pré- conferência Nacional do Meio Ambiente, Setorial de Entidades, Fóruns, Redes, do Estado de São Paulo repudiamos a tentativa criminosa de alteração da lei que institui a Área de Proteção Ambiental de Ilha Comprida, para fins fundiários e expansão urbana.

Não aceitamos a alteração de qualquer outra lei protetiva, que venha a significar mais degradação, na região.

MOÇÃO 4

Nós, participantes da Pré-conferência Nacional do Meio Ambiente, Setorial de Entidades, Fóruns, Redes, Movimentos e Ativistas Ambientalistas do Estado de São Paulo, repudiamos a tentativa de liberação de Produtos Alimentares Transgênicos, sem a conclusão das devidas pesquisas, descumprindo-se, assim, o princípio de prevenção - norteador da legislação ambiental brasileira.

MOÇÃO 5

Os participantes da Pré-conferência Nacional do Meio Ambiente, Setorial de São Paulo, exigem que seja respeitada a deliberação Consema 09/99, que exige a menor área de aterro e o maior espelho d'água, no local. E que seja cumprindo o teor da licença concedida para aquele aterro, autorizado para fins de construção de Parque Ecológico na área. A licença para o aterro autoriza a deposição de material inerte, e para lá tem sido levado material contaminado até com metais pesados, segundo denúncias levantadas pelo Colegiado Gestor da APA da Várzea do Rio Tietê.

MOÇÃO 6

Nós, participantes da Pré-conferência Nacional do Meio Ambiente apoiamos o Centro Operacional das Promotorias Públicas de Justiça e Meio Ambiente, por ter se tornado um bastião na defesa ambiental, contra todos os tipos de degradação que arrasam a água, o solo, a fauna e a flora, neste combatido Estado .

E que nossa legislação, que é de bom tamanho, venha a ser aplicada pelos respectivos órgãos públicos.

MOÇÃO 7

O Grupo Ecológico Calangos da Mata vem, através desta Pré-conferência, pedir o apoio de todas as ONGs , INGs e principalmente aos poderes públicos, para que se faça cumprir as leis de preservação da Mata Atlântica, aplicando-se o princípio da precaução e da previsibilidade.

Que se evite mais fragmentação dos remanescentes de Mata Atlântica, assegurando sua biodiversidade e evitando a conurbação urbana, inclusive assegurando as migrações que ocorrem de um fragmento para outro.

Temos como exemplo toda a área de matas de Granja Carolina, em Cotia, objeto de licenciamento no momento.

MOÇÃO 8

Moção à Ministra Marina Silva pela INTEGRIDADE DAS MONTANHAS, FLORESTAS E MANANCIAS DA SERRA SÃO LOURENCINHO, PARA A DUPLICAÇÃO da BR-116, Rodovia Régis Bittencourt, no trecho da Serra do Cafezal, posto que há alternativa locacional e tecnológica que devem ser estudadas com imparcialidades.

Apoiamos as ações do Ministério Público Federal na Ação Civil Pública e os pleitos da sociedade civil e ministério público na carta aberta à cidadania, da OAB – 117.

Proponente: Consensual Núcleo Trabalho Temático, Biodiversidade.

MOÇÃO 9

Considerando-se o princípio da prevenção;

Considerando-se que não há comprovação de invasões altas de água;

Repudiamos a retomada da experiência de flotação na despoluição do Rio Pinheiros por parte do governo estadual de São Paulo, posto que não há comprovação que esta medida não vai afetar a potabilidade de água na Baixada Santista.

Proponente: Consensual Núcleo Trabalho Temático, Infra-estrutura

MOÇÃO 10

Pela urgente efetivação do zoneamento econômico e ecológico, principalmente, nas áreas que já apresentam

críticidade ambiental e quebra dos suportes ambientais como a Região do Vale do Paraíba, Baixada Santista, Grande São Paulo, Região Campineira e Região de Ribeirão Preto.

E pela realização destes estudos de ZEE como exigidos pela legislação federal.

MOÇÃO 11

Pela transparência da informação no SISNAMA, de forma que todo cidadão possa efetivamente Ter acesso a informação e processos que corram no SISNAMA. Exemplificamos que apesar da lei estadual, inclusive aprovada pela SEMA / São Paulo, nesta secretaria o primeiro xerox tem a incidência de uma taxa acima de R\$ 10,00 (dez reais).

A moção é para que a nível estadual São Paulo isto seja modificado e que federalmente e municipalmente, o xerox necessário para transparência e verdadeiro processo democrático, tenham o custo normal de qualquer XEROX, em qualquer papelaria, sem taxas ou outros subterfúgios dificultosos.

Proponente: Consensual Núcleo Trabalho Temático, Infra-estrutura.

MOÇÃO 12

O Movimento Ambientalista Paulista, aqui na PRECONEA apoia o abaixo-assinado à Ministra Marina Silva pelo fortalecimento da transversalidade entre Meio Ambiente e Transportes e ratifica seu apoio à

luta da Sociedade Civil e OSCs, em prol da INTEGRIDADE DAS MONTANHAS, FLORESTAS E MANANCIAS DA SERRA SÃO LOURENCINHO, posto que HÁ ALTERNATIVA LOCACIONAL E TECNOLÓGICA PARA A DUPLICAÇÃO da BR-116, Rodovia Régis Bittencourt, neste trecho da Serra do Cafezal, e, solicita à Ministra e MMA que apoie nosso pleito pelo Estudo da Alternativa Paralela (13 – treze) e da alternativa túnel, proposta em anexo na Carta da Cidadania.

Proponente: Consensual Núcleo Trabalho Temático, Infra-estrutura

MOÇÃO 13

Nós, participantes da Pré-conferência Nacional de Meio Ambiente, repudiamos a implementação de um mega empreendimento. São 7 milhões de metros quadrados (o equivalente a mil campos de futebol) em Itatiba – Vila Trump – na área rural sem EIA/RIMA.

MOÇÃO 14

Considerando o necessário diálogo interinstitucional, com a participação e controle social, no caso do Estado de São Paulo, ficou flagrantemente prejudicado pelo CONFLITO DE AGENDAS entre a Pré-Conferência Estadual do Meio Ambiente, marcada para os dias 24, 25 e 26 de outubro de 2003 em Botucatu, e a Conferência Nacional das Cidades, anteriormente agendada para estas datas, impedindo dessa forma a participação e contribuição da sociedade civil de forma expressiva.

Assim, propõe o grupo a mudança das datas para realização da CNMASP, que poderá ocorrer na mesma semana com alguns dias de antecedência ou posteriormente a Conferência das Cidades, o que submetemos à apreciação do Plenário para escolha de nova data.

MOÇÃO 15

Tema da Pré-Conferência: “fortalecendo o SISNAMA”, deveria ser alterado para “Reavaliando o SISNAMA”, haja visto que a estrutura do SISNAMA é ineficiente, da maneira disposta pela Lei nº 6938/81. É necessário a integração e participação do terceiro setor de forma transparente na implementação das Políticas Públicas.

Ferramentas: gestão tripartite compartilhada, exemplo: instâncias deliberativas do primeiro setor com participação do terceiro setor.

MOÇÃO 16

Transformações efetivas das Políticas Públicas

Descentralização das informações e decisões, fornecer instrumentos para implementação da lei de acesso à informação nº 10.650/03. Chamar referendun e/ou plebiscito em temas que afetem, direta ou indiretamente, desde a soberania do País até o bem estar planetário.

MOÇÃO 17

Criação de um Programa de Apoio às Entidades Sócio ambientalistas, de âmbito nacional, programa esse com uma dinâmica tripartite, integrando em rede as iniciativas em prol da reconstrução planetária. Dever ser assegurada a capacitação e fortalecimento das ONG’s, aportando recursos técnicos, materiais e humanos para este fim.

MOÇÃO 18

Deve ser inserida a AGENDA 21 no Plano Plurianual 2004-2007, como documento de recomendação para práticas de Políticas Públicas, em âmbito nacional. Reavaliação do sistema linear existente, buscando a sua transversalidade.

MOÇÃO 19

Encaminhar para o COE (Comissão Organizadora Estadual) a solicitação de mudança de data da Pré-Conferência Nacional do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, em Botucatu, por incidir com a mesma data da Conferência Nacional das Cidades.

Proponente: Plenária

MOÇÃO 20

Encaminhar para o COE (Comissão Organizadora Estadual) da CNMA/SP a proposta de moção de que estude a possibilidade de considerar o II Encontro Estadual Paulista de Educação Ambiental de Rio Claro, como uma Pré-conferência Setorial e que a COE da CNMA/SP considere encaminhar as diretrizes deste Encontro, anexadas à esta Moção, à CNMA.

7. Petição



Petição à Ministra do Meio Ambiente da República Federativa do Brasil Senadora Marina Silva em apoio às Alternativas Locacionais e/ou Tecnológicas que permitem manter a integridade da Serra São Lourençinho na duplicação da Br116/Serra Cafezal.

- 15.1.1. Petição à Ministra do Meio Ambiente da República Federativa do Brasil Senadora Marina Silva (DIGITALIZADA EM DISKETE): ABAIXO- ASSINADO À MINISTRA MARINA SILVA. O Movimento Ambientalista Paulista, nesta Pré-conferência Nacional do Meio Ambiente Setorial de Entidades, Fóruns, Redes, Movimentos e Ativistas Ambientalistas do Estado de São Paulo, aos 05.09.03, no Memorial da América Latina, São Paulo- SP subscreve; pelo fortalecimento das ações transversais MEIO AMBIENTE/TRANSPORTES e ratifica seu apoio à luta da Sociedade Civil e OSCs, em prol da INTEGRIDADE DAS MONTANHAS, FLORESTAS E MANANCIAIS DA SERRA SÃO LOURENCINHO, posto que HÁ ALTERNATIVA LOCACIONAL E TECNOLÓGICA PARA A DUPLICAÇÃO da BR-116, Rodovia Régis Bittencourt, neste trecho da Serra do Cafezal, e, solicita a nossa Ministra do Meio Ambiente que considere nosso pleito, expresso nos documentos em anexo, pois queremos participar e acreditar cada vez mais da construção do país com que todos sonhamos". -Anexos do ABAIXO- ASSINADO À MINISTRA MARINA SILVA: Ação Civil Pública, de 19.08.2003; Encaminhamento da Presidência da República do DOSSIÊ ao MMA, ofício DDH/GP/PR229 de 11.03.2003; DOSSIÊ a LULA DA SILVA, 27 .11.2002- pela OAB-117; CARTA ABERTA À CIDADANIA, 27.08.2002 de Dra. Meire Garcia Pizelli, Pres. CIDC OAB 117a Subsecção; MATÉRIA O ESTADO DE SÃO PAULO, 02 .09.2003, "FLORESTAS GARANTEM ÁGUA PURA PARA METRÓPOLES.



REALIZAÇÃO

**COLETIVO DE ENTIDADES AMBIENTALISTAS
PARA A PRÉ-CONFERÊNCIA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE
DO ESTADO DE SÃO PAULO**

APOIO